



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0896/14	DATA: 02/07/2014	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h21min	TÉRMINO: 13h57min	PÁGINAS: 88

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
LEONARDO MEIRELLES - Presidente das empresas Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia e Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Sócio das Empresas Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia e Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A.

SUMÁRIO
Comunicações do Relator, Deputado Marcos Rogério, acerca dos processos nºs 14/2014 e 15/2014 (Representações nºs 26/2014 e 27/2014, ambas em desfavor do Deputado Luiz Argôlo. Oitiva dos Srs. Leonardo Meirelles e Esdra Ferreira, testemunhas arroladas pelo Relator, Deputado Júlio Delgado, referente ao processo nº 13/2014 (Representação nº 25/2014), em desfavor do Deputado Andre Vargas.

OBSERVAÇÕES
Há oradores não identificados em breves intervenções. A reunião foi suspensa e reaberta. Há orador não identificado. Há expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Declaro aberta a reunião ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores, senhores advogados, bom dia.

O advogado da testemunha telefonou às 9 horas dizendo que o avião atrasou, mas que ele já estava em Brasília, mas há um problema de trânsito. Parece que o metrô não está funcionando, faltou energia, e está um caos na saída do aeroporto.

Eu vou iniciar pela Ordem do Dia, para ganharmos tempo — economia processual. Estou apenas esperando o Relator do outro processo, Deputado Marcos Rogério, chegar. Se necessário, eu suspendo a reunião para esperar que o advogado chegue com as testemunhas. Vamos ganhar tempo. Hoje, por sinal, é Dia da Independência da Bahia, e estou aqui trabalhando. Deveria estar andando lá no 2 de julho, cumprindo o meu dever cívico. Não estou, estou aqui. De qualquer forma, também estou cumprindo com meu dever e com minha obrigação. Hoje são 2 de julho, Dia da Independência da Bahia. *(Pausa.)*

Deputado Sibá Machado, folgo em vê-lo aqui hoje pela manhã.

Estou só aguardando o Deputado Marcos Rogério, Relator do Processo nº 14, de 2014, da Representação nº 26, para iniciarmos. *(Pausa.)*

Deputado Júlio Delgado marcando sua presença. *(Pausa prolongada.)*

Deputado Marcos Rogério, por favor, tome assento. *(Pausa.)*

Expediente.

Informo que, com relação ao Processo nº 14/2014, em desfavor do Sr. Deputado Luiz Argôlo, já foram feitas duas tentativas de notificação. Portanto, passo a palavra ao Relator do processo, para que dê algumas explicações.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, nobre Deputado José Carlos Araújo, Sras. e Srs. Parlamentares, ilustre Dr. Aluísio Régis, Advogado do Representado, presente a esta sessão do Conselho de Ética.

Sr. Presidente, faço uso da palavra neste momento apenas para dar conhecimento ao Plenário daquilo que já manifestei semana passada; porém, com acréscimo de algumas testemunhas no rol daquelas que apresentei na última sessão e considerando também que não estava presente àquela sessão o



Advogado Dr. Aluísio Régis. É praxe deste Conselho que os atos sejam praticados na presença do advogado.

Portanto, faço estas observações para dar maior transparência a todos os atos relacionados aos trabalhos deste Relator, bem como deste Conselho de Ética.

Estou reiterando aqui, portanto, o pedido dos documentos que possam estar relacionados ao Deputado Luiz Argôlo e em especial daqueles presentes nos autos da Ação Penal nº 871 e da Reclamação nº 17.623 do Supremo Tribunal Federal. Esse documento já foi encaminhado ao Supremo. A Casa já recebeu os autos relacionados ao representado, Deputado André Vargas. Porém, como são processos distintos, estou fazendo o apelo para que os autos sejam encaminhados tendo como destinatária justamente a representação relacionada ao Deputado Luiz Argôlo.

Estou solicitando também a oitiva das seguintes testemunhas: Alberto Youssef e de Vanilton Bezerra. O último é o chefe de gabinete do Deputado Luiz Argôlo, o qual, segundo a reportagem, teria recebido 120 mil reais de Alberto Youssef.

Oitiva dos proprietários de empresas que, segundo reportagem da Revista *Veja*, receberam pagamentos de Alberto Youssef a pedido do representado, Deputado Luiz Argôlo, a saber: produtos médicos de Alagoinhas — Luiz Argôlo passa o número da conta para Alberto Youssef; loja de decoração, em Salvador, 13 mil e 500 reais; agropecuária localizada em Entre Rios, 40 mil reais; Malga Engenharia, 150 mil reais; União Brasil.

Após o exame dos documentos enviados pelo STF, estou reiterando eventual oitiva de alguma nova testemunha que possa o Relator, a partir da análise dos autos, considerar necessária.

Também estou solicitando oitiva do Deputado Luiz Argôlo, representado, porém, aqui fazendo uma observação. Como faremos a unificação dos atos das duas representações, da 26 e da 27, e na outra representação há pedido de oitiva do representado, e ele é ouvido ao final, com a unificação dos atos, faremos a oitiva dele ao final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Uma única oitiva.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Uma única oitiva, não sendo necessário ouvi-lo como testemunha, mas como representado, como é a praxe deste Conselho.

Oitiva de Júlio Gonçalves de Lima Filho, comerciante de gado. Segundo a *Folha de S.Paulo*, ele confirmou ter feito negócios com o Deputado, o qual teria pedido a Youssef que depositasse 60 mil reais na conta dele.

Oitiva dos proprietários da Empresa União Brasil Transportes e Serviços. Segundo a *Folha de S.Paulo*, a empresa teria recebido um depósito de 50 mil reais de Youssef, a pedido também do Deputado.

E aqui, Sr. Presidente, acrescento duas informações. Quanto à data da oitiva das testemunhas, eu estou sugerindo ao Conselho o dia 8 de julho, para que possamos ouvir duas testemunhas neste colegiado: Vanilton Bezerra, que é chefe de gabinete do Parlamentar, portanto é da Casa, para o dia 8 de julho; e também no dia 8 de julho a oitiva de Júlio Gonçalves de Lima Filho, que é comerciante de gado na Bahia. Estou, portanto, sugerindo essas duas oitivas para o dia 8 de julho, nesta Casa.

Hoje, nós ouviríamos o depoimento do Alberto Youssef. O Conselho certamente dará conhecimento posteriormente de que esse depoimento não será possível, em razão de manifestação formal encaminhada ao Conselho por parte do advogado e também do juiz que acompanha o caso. Então, da parte do Relator da Representação nº 27, as informações que eu gostaria de prestar são essas, já deixando marcado, se o advogado presente aqui não fizer nenhuma objeção, para o dia 8 as duas testemunhas. Sendo ouvidas, as demais a gente vai fazendo o planejamento para ouvir na sequência, porque também no dia 9 nós temos oitiva na outra representação. Então, para a gente não tumultuar as sessões, vamos tentar fazer dessa forma.

Portanto, eram as informações que eu gostaria de prestar relacionadas a esta representação. Ainda carece de notificação a Representação nº 26. Portanto, eu estou solicitando à Mesa do Conselho essa informação de que hoje estaríamos fazendo a notificação. Sendo feita a notificação hoje, eu estou propondo ao advogado um ato de procedimento, para que nós unificássemos os procedimentos



das duas representações, considerando que o objeto é o mesmo, não há alteração de investigação, enfim.

Então, as informações que eu gostaria de repassar são essas. E, se o advogado, que está presente, tiver alguma observação, o Relator ouvirá certamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Antes do advogado, na verdade, o Relator está propondo a unificação. Então, seria uma única oitiva. As testemunhas são as mesmas?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como são duas representações, isso altera o número de testemunhas. A partir da unificação, nós unificamos os atos, mas o rol de testemunhas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - As testemunhas são as mesmas?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - São as mesmas. São as mesmas testemunhas. Portanto, são, no máximo, oito testemunhas por representação. Ele tem até 16 testemunhas, e serão ouvidas numa única vez, e não duas vezes, como se fossem dois processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Justamente o que eu estava propondo. Que fossem ouvidas uma única vez nas duas representações.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A única situação aqui, em razão de serem duas representações, é que o número de oito vai a dezesseis. Mas quanto à oitiva, como nós vamos unificar os atos e com a aquiescência também da defesa, sem oposição da defesa, nós ouviremos uma única vez cada testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O representado é o mesmo; o advogado é o mesmo; as testemunhas são as mesmas. Então, não há por que fazer duas vezes. Não é verdade?

Com a palavra o Dr. Alúcio.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Batochio, que foi Presidente da OAB, Srs. Deputados, Srs. advogados aqui presentes, a defesa não tem nada o que opor à tramitação. Pelo contrário, o Deputado Luiz Argôlo está aqui em Brasília. Pedi para ele comparecer hoje para ser



citado no segundo processo, para não haver procrastinação desse segundo processo, para que o processo caminhe normalmente, confiantes que nós estamos na inocência dele, pelos documentos que nós já temos e pelos que foram apresentados todos.

Eu só fiz duas objeções, Deputado José Carlos Araújo. E aqui são duas ponderações que, obviamente, V.Exas., que são juízes do caso, é que vão avaliar essa questão, porque toca profundamente no direito de defesa.

A primeira é a seguinte: o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara e o Regimento Interno estipulam o limite de oito testemunhas para que o representado arrole, sem fazer referência se esse limite de oito testemunhas se refere ao fato ou ao processo. No Código de Processo Penal há esse mesmo raciocínio, e o Superior Tribunal de Justiça chegou à conclusão de que seriam oito testemunhas para cada fato de que a pessoa fosse acusada. Eu até arrolei algumas jurisprudências do egrégio Superior Tribunal de Justiça. No caso — são quatro fatos aqui —, nós não precisamos de oito testemunhas para cada fato, mas vamos precisar arrolar o limite máximo de oito testemunhas, como são dois processos, para cada processo. Então, esse aí é um fato superado, já se compreendeu que esse limite é por processo, e, nesse caso, satisfaz a defesa.

Outra questão que nós colocamos aqui é que — essa também é só uma ponderação para V.Exas. — a situação do corréu e do representado é um pouco diferente da situação das testemunhas. V.Exas. são Deputados e sabem disso. Uma testemunha, quando é ouvida, tem fé de ofício; ela presta compromisso de dizer a verdade. A testemunha é uma pessoa que, alheia ao fato, vinha passando na rua e viu um homicídio. O corréu, não; o corréu tem toda uma plêiade de garantias, inclusive contra a autoincriminação. Então, ele nem presta compromisso nem é obrigado a vir aqui e a dizer nada.

Nesse sentido, eu até peço permissão ao Dr. Batochio. Há um acórdão bellissimo do Dr. Batochio, que levou para o Supremo o caso envolvendo o ex-Prefeito de São Paulo Paulo Maluf e o filho dele em que eles conversaram com o corréu e se entendeu que eles estavam corrompendo uma testemunha. Uma maluquice total! O Dr. Batochio, que é habilidoso, levou o processo para o Supremo, e o Supremo, contornando a Súmula 691, deferiu o *habeas corpus*, dizendo que



corrêu não é testemunha, não tem compromisso de dizer a verdade, não tem sequer compromisso de falar, e determinou a soltura tanto do filho do ex-Prefeito como do próprio ex-Prefeito.

Então, é só essa ponderação, para que não se ouçam aqui supostos corrêus como se fossem testemunhas. Eu tinha feito essa ponderação no Conselho de Ética à Secretária, à Dra. Adriana; eu tinha feito essa objeção 1 semana atrás. Não foi isso, Dra. Adriana? E o Juiz do Paraná Dr. Sérgio Moro, que é um juiz rigorosíssimo, mas é um constitucionalista, é um jurista renomado, diante da petição do próprio Alberto Youssef, dizendo que ele não tinha interesse em depor e que era corrêu, adiou e cancelou o depoimento dele, justamente nessa ponderação. Na situação aqui, nós temos pelo menos mais duas ou três pessoas arroladas como testemunhas. É claro que o Conselho pode ouvir, mas na condição de corrêu.

São essas ponderações, que, penso eu, contribuem para o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não tenha dúvida, doutor, de que a Constituição será respeitada na íntegra, como tem sido sempre neste Conselho.

O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, na condição de Relator, eu já tomei conhecimento de uma petição encaminhada pelo advogado Dr. Aluísio Régis, inclusive em sede de preliminar, solicitando a definição da quantidade de testemunhas possíveis para arrolar num processo no âmbito do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Naquele momento, como eu entendi ser matéria de defesa, indeferi a petição, mas isso certamente será objeto de manifestação no relatório deste Relator, até para basilar a atuação deste Conselho, porque serve de precedente. Tudo o que o Conselho faz depois serve de precedente para outros casos. Então, é preciso ter bastante cuidado com manifestações antecipadas em relação ao número de testemunhas e outras questões mais.

Em relação à oitiva do Sr. Alberto Youssef, o Relator recebeu uma manifestação por parte do Juiz Dr. Sérgio Fernando Moro — o Conselho de Ética recebeu, a Câmara dos Deputados recebeu —, justamente com um despacho da seguinte ordem:



“A pedido do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Ricardo Izar, designei audiência para oitiva por aquele órgão, através de videoconferência, para o dia 2/7, às 14 horas, de Alberto Youssef, preso por este Juízo no processo a que responde o Deputado Federal Andre Vargas junto ao Congresso.”

Aqui ele se manifestou apenas em relação ao processo, mas o pedido para a oitiva de hoje era nas duas representações, uma relacionada ao Deputado Andre Vargas e, na Representação nº 27, contra o Deputado Luiz Argôlo.

“Peticionou hoje a defesa de Alberto Youssef informando que pretende ficar em silêncio no ato, exercendo o direito previsto no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal. Requer ainda que seja cancelada a própria audiência designada para oitiva. A petição é subscrita por defensor constituído pelo próprio preso.

Nessas condições, adiantando o preso que ficará em silêncio, sem responder a qualquer pergunta, não se justifica a realização do ato, com o deslocamento do preso mediante escolta a este Juízo, com os custos e riscos inerentes.

Assim, contando com a compreensão do ilustre Parlamentar, cancelo a oitiva de Alberto Youssef, por videoconferência, designada para o dia 2/7/2014.”

Portanto, por ordem do Juiz Dr. Sérgio Fernando Moro, não haverá a oitiva. O Sr. Alberto Youssef já antecipa o interesse de ficar em silêncio.

Essa questão de ele estar na condição de corréu também será objeto de manifestação por parte dos Relatores no âmbito de suas manifestações no parecer. Não vamos antecipar neste momento nenhum juízo de valor, se cabe ou não esse entendimento no Conselho de Ética.

O Dr. Aluísio Régis falava comigo lá na sede do Conselho e apresentava justamente argumentos com relação a esse entendimento de que o Supremo já tem



algumas posições sobre isso. Mas eu acho que, no âmbito do Conselho de Ética, nós teremos que ter também uma posição do Conselho com relação a isso aqui. Obviamente, a defesa acatando, a questão estará resolvida; não acatando, tem os seus meios também para dessa decisão recorrer. Mas farei isso em momento oportuno, não antecipando posição neste momento.

Sr. Presidente, com relação à representação contra o Sr. Luiz Argôlo, Deputado Federal nesta Casa, as observações que tinha são essas, apenas reiterando o plano de trabalho e a oitiva, portanto, para o dia 8, das duas testemunhas aqui arroladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Bom, o advogado Dr. Aluísio está ciente, já foi devidamente notificado aqui pelo Relator. Então, está marcada; dia 8, é isso?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Estamos ligando aqui agora para o advogado. Ele deu a informação um pouco errônea, porque foi o assessor que telefonou. Já chegou? *(Pausa.)* Verifique aí, Adriana.

(Não identificado) - Suspenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou suspender a sessão por 10 minutos.

A sessão está suspensa por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Está reaberta a sessão.

Dr. Aluísio, há um fato que eu quero levar ao seu conhecimento.

No dia 8, haverá uma semifinal em Belo Horizonte. O Brasil — eu acredito e torço para que isso aconteça —, nas quartas de final, no dia 4, próximo sábado, vai passar para a semifinal e vai jogar exatamente em Belo Horizonte no dia 8. Então, é impossível nós marcarmos uma oitiva no dia 8 aqui.

(Não identificado) - Poderíamos marcar para o dia 9.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, eu vou falar com o Relator. Queria sua aquiescência, para que nós mudássemos a oitiva para o



dia 9, porque o dia 8 é na terça-feira. Então, mudaríamos para o dia 9, se não houver nenhum impedimento da defesa.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Deputado, este advogado aqui, no dia em que o senhor marcar, estará aqui. Eu preferiria no dia 9. O pior dia para mim, eu vou dizer ao senhor, até com uma certa (*ininteligível*), era hoje, que é o aniversário do meu guri, de 7 anos. Ele está fazendo aniversário lá, eu tive que vir para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dia 8?

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Não, é hoje o aniversário dele. Eu disse à Dra. Adriana: "*Doutora, não tem como desmarcar isso não?*" (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas oitava a gente muda, aniversário de criança a gente muda também. (*Riso.*)

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Pois é, mas um gurizinho de 7 anos... (*Riso.*)

Eu trouxe ele logo para o jogo com Camarões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou pedir à secretaria que entre em contato com o Deputado Marcos Rogério.

Temos o dia 7 e o dia 9.

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dia 9, não é? Então, quarta-feira. (*Pausa.*)

Como já está marcada com o Deputado Andre Vargas a oitava às 14 horas, nós podemos marcar a outra no mesmo dia. Acabamos uma e fazemos a outra. Não temos que vir duas vezes aqui.

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não. Aqui nós estamos numa democracia. Eu tenho certeza de que o Presidente Ricardo Izar também é um democrata.

Então, de comum acordo com a defesa, nós vamos ouvir, no dia 9, às 14h30min, primeiro, o Deputado Andre Vargas, depois V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, que aeroporto longe! Está parecendo o de Confins, em Belo Horizonte.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu estou preocupado agora com... Eu assumi um compromisso com o Dr. Batochio e vou cumpri-lo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ô aeroportozinho longe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois é, rapaz! (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Com a palavra o Dr. Batochio.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - ... enquanto isso, podemos ir antecipando algumas questões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, eu gostaria de formular pedido ao eminente Relator, o Deputado Júlio Delgado, que tão, digamos, serenamente tem conduzido a relatoria deste feito, a V.Exa. também e ao Plenário deste egrégio Conselho para que fosse fornecida uma cópia do expediente remetido pelo Supremo Tribunal Federal a este Conselho. Estamos tomando conhecimento oficialmente hoje da existência desse expediente remetido pelo Supremo Tribunal Federal a este Conselho. Então, eu estou requerendo, para que a defesa possa se inteirar do conteúdo disso, uma cópia dessa mídia eletrônica.

Na sessão anterior, eu havia até protestado quanto à realização da inquirição das testemunhas. Sei que a defesa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. está requerendo...

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Uma cópia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - De todo o...

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - de todo o expediente, que é um disquete. É um disquete.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ontem, eu participei dessa reunião, e o nobre advogado fez essa questão de ordem, no sentido de que os documentos recebidos pelo Conselho de Ética tinham sido apresentados naquele momento e que a defesa não teve acesso a isso.



Eu quero dizer que nós do Conselho... Eu particularmente fiquei aqui até 11 horas da noite e depois fiquei até 3 horas da manhã lendo esse material, ajeitando aquilo que eu pesquisei. E, nos autos que eu vi, o advogado Marcus Vinícius recebeu essa mídia digital integral do processo dia 11 de junho de 2014. E foi subestabelecido pelo escritório do Saliba Oliveira. Pelo menos é a informação que tenho lá no processo.

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. MICHEL SALIBA - O que foi obtido pelo Dr. Marcus e que efetivamente nós não sabemos até que ponto é o que veio remetido do Supremo, quer dizer, se a cópia que ele obteve lá é a cópia que está nos autos aqui, foram 44 páginas, e não a mídia integral.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - A mídia integral são 4 mil páginas.

O SR. MARCUS GUSMÃO - Na verdade, até para esclarecer, Sr. Presidente, eu realmente recebi a mídia. Só que eu recebi até a parte onde ainda não constava o documento do Supremo, até a folha 127 dos autos. Foi só o que eu peguei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores advogados, o material que chegou veio em segredo de Justiça. Existe um ato da Mesa da Câmara que proíbe a cópia do que está em segredo de Justiça. É óbvio que o ato da Mesa não pode suplantar o que diz a lei, a Constituição. E, é claro, está implícito que, se se tira uma cópia do que está em segredo de Justiça, deixa de ser segredo de Justiça, porque muita gente vai manusear isso.

Até que a autoridade que nos enviou esse material dê a permissão... Nós vamos fazer uma consulta à Mesa ou até ao juiz que remeteu o material sobre se nós poderemos fornecer essa cópia, até para tirar a nossa responsabilidade, já que veio em segredo de Justiça. O Ato da Mesa nº 45 vale para nós aqui, mas é óbvio que não vale para os advogados, que têm o que diz a lei.

Então, eu vou sugerir ao Presidente... É lógico que o Presidente Ricardo Izar pode mudar. Então, o Deputado Ricardo Izar, Presidente, deverá decidir. Mas, já me adiantando — e é pensamento meu —, acho que nós não devemos fornecer — eu,



enquanto Presidente, na época, nunca permiti —, a não ser que venha uma autorização da autoridade competente que nos forneceu o documento.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou salvaguardar o nosso...

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Perfeito. A defesa está de acordo.

V.Exa. me permite uma observação, eminente Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O segredo de Justiça não se estende aos advogados das partes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu sei.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - O segredo de Justiça é oponível a terceiros que não fazem parte da funcionalidade do processo. Mas eu respeito a decisão de V.Exa. de consultar o Supremo Tribunal Federal. Imagine só um processo em que o defensor do acusado não tenha acesso às peças ali constantes! Como é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O acesso V.Exa. tem a partir de agora. Se quiser se debruçar sobre todo o processo...

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Se V.Exa. me garantir uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ... eu lhe coloco numa sala com ar-condicionado, cafezinho, água gelada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu indago a V.Exa., só para contribuir, se, estando esse mesmo processo no Supremo e tendo o advogado acesso ao Supremo, não seria o caso de ele pedir cópia lá no Supremo. Não é o mesmo processo?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marcos Rogério, eu já falei aqui e queria falar com V.Exa. que, no dia 4, haverá uma decisão em Fortaleza envolvendo o Brasil nas quartas de final.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Dia 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu tenho certeza absoluta de que o Brasil vai passar. Torço para isso! E o Brasil, se passar, vai jogar



no dia 8, exatamente o dia em que nós estamos marcando uma oitiva aqui, uma terça-feira.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O quórum vai estar bem baixo, Sr. Presidente. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não vai ter quórum. V.Exa. terá dificuldade.

Por isso, eu já conversei com a defesa, e ela aceita, no sentido de nós mudarmos a oitiva para o dia 9, o dia seguinte. Se V.Exa. concordar...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Relator concorda perfeitamente, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, será mudada a oitiva. A assessoria da Comissão é que me chamou a atenção...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Muito cuidadosa sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - ...e achei pertinente a observação.

Portanto, fica marcada a oitiva para o dia 9, às 14 horas, já que haverá a oitiva do Deputado Andre Vargas às 14 horas. Simultaneamente os dois Relatores estarão aqui.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Perfeitamente.

Sr. Presidente, a questão de ordem que eu apresento a V.Exa. é justamente com relação ao teor das manifestações dos advogados do representado.

Eu penso que a defesa tem direito de acessar todo o conteúdo relacionado à representação. Essa questão do segredo de justiça, obviamente, não afasta o direito da defesa de tomar conhecimento dos autos, de todas as peças dos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós estamos falando de cópia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu vou chegar lá.

Penso que essa questão deve ser esclarecida no âmbito da Casa, porque, se a defesa terá direito a ter acesso aos autos, não pelo meio que está sendo oferecido hoje, porque o Relator também teve acesso visual... Mesmo o Relator não teve direito a cópia dos autos. Estou fazendo aqui quase o papel de defesa, em relação ao Relator.



Se nós tivermos que avançar para garantir acesso a cópia dos autos à defesa — e eu penso até que seja o melhor caminho, garantia da ampla defesa —, também não podemos negar o mesmo direito aos Relatores e aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Com certeza! Com certeza!

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, eu entendo que há, sim, pertinência no pedido da defesa, e esse pedido se estende ao Relator e aos membros do Conselho, no sentido de que também tenham acesso a cópia do processo, para que possam avaliar o conjunto das informações constantes dos autos que vieram do Supremo Tribunal Federal.

V.Exa., cautelosamente, informa ao plenário que buscará as informações para que não haja constrangimento à Casa ou desobediência, desacato à ordem emanada pelo Supremo Tribunal Federal. Mas a defesa tem esse direito, como o têm também os Relatores, bem como os membros do Conselho, que vão julgar a partir do conjunto das informações, não só aquelas constantes do material enviado pelo Supremo Tribunal Federal, como também das demais provas e do conjunto de atos que veio ao seu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A consulta será feita extensiva aos Relatores e aos membros deste Conselho. V.Exa. está cheio de razão.

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, doutor.

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente, peço a palavra a título de esclarecimento do nobre Deputado do Distrito Federal Izalci, que tão bem vem representando a sociedade do DF, da qual nós fazemos parte, eu e o Dr. Gusmão, que residimos aqui. Quero dizer ao Deputado que nós recebemos ofício informando que a cópia integral da Reclamação nº 17.623 e da PET 5.170 estariam disponíveis. O que foi obtido junto ao Supremo Tribunal Federal — e sobre a fé do meu grau aqui estou declarando — foram 42 páginas da PET 5.170. Então, dentro do princípio da independência dos processos administrativo, cível e criminal é que nós estamos formulando o pedido de vista do processo administrativo ético-disciplinar.



Fosse assim, a manifestação de V.Exa. deveria ter sido favorável ao sobrestamento do processo penal, para que se continuasse aqui no Conselho de Ética, porque daí estaria imbricada a questão. Mas não foi assim que este próprio Conselho decidiu. Ele decidiu dar sequência ao processo ético-disciplinar. Daí o porquê da insistência nesse pedido de vista com base na Lei 8.906/94, que é o dispositivo legal que dispõe que o advogado tem todo o direito de ter vista e cópia dos autos — estou me referindo aqui aos incisos XIII, XIV e XV —, mesmo nos casos de sigilo, quando o mesmo detém o instrumento de mandato.

Obrigado, Sr. Deputado e Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dr. Michel Saliba, não há dúvida de que V.Exas. estão cobertos de razão. Agora, V.Exa. há de convir, *data venia* — embora eu não seja profissional do Direito, falo como rábula (*riso*) —, que estou salvaguardando este Conselho e os membros deste Conselho. V.Exa. há de convir que eu apenas estou tendo precaução. Não estamos negando absolutamente nada, até porque os documentos estão à disposição de V.Exa. pelo tempo que quiser. Agora, a cópia é que eu estou pedindo à instância maior que solicite autorização, para que amanhã não sejamos alvo de uma representação ou de qualquer censura de quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É só uma salvaguarda que nós estamos tentando fazer aqui. Pode ser até que o Deputado Ricardo Izar pense diferente. Eu até já pedi para chamar o Deputado Ricardo Izar. Mas a minha posição, no momento, é essa.

Pois não, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, quero dizer primeiro que não sou advogado. Não estou aqui como advogado, porque não o sou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós não somos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós não somos, não é? Mas o que eu não estou entendendo é o seguinte: o processo a que os advogados querem ter acesso é o que o Supremo Tribunal Federal mandou para cá, esse a que nós tivemos acesso ontem à noite, de madrugada.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas todos esses processos que foram mandados para cá estão disponíveis lá, como disse o advogado, que tem acesso a eles a qualquer momento. Ou não?

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Com a licença de V.Exa., no Supremo há dois processos, um que versa sobre a investigação que o Supremo está a fazer em relação ao comportamento, do ponto de vista criminal, do Deputado Andre Vargas. Este é a Petição nº 5.170. Se nós juntássemos procuração lá, se o Deputado Andre Vargas nos constituísse para defendê-lo lá também, de fato, nós poderíamos ter acesso, o que não aconteceu ainda.

Todavia, além desse processo, há um outro. Trata-se de uma reclamação da qual nós não somos parte, nem o Deputado Andre Vargas é parte. Trata-se de uma reclamação feita por Alberto Youssef, através de seus advogados, questionando a competência do Supremo Tribunal Federal para conhecer desse processo.

Nós não temos procuração, não somos advogados do Alberto Youssef, jamais seremos, até porque entendemos que as defesas são incompatíveis, e essa cópia veio para cá. Então, nós não temos acesso a ela lá, Deputado.

Era isso que eu queria esclarecer a V.Exa., sempre com o maior respeito.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi.

Agora, eu queria aproveitar, Sr. Presidente, para registrar — porque eu tive a oportunidade de ler o processo bastante ontem — que, por incrível que pareça — e eu faço parte da CPMI da PETROBRAS também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Nós fazemos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós fazemos. Praticamente tudo o que a gente lê está na imprensa há muito tempo. Quer dizer, o pessoal fica com esse negócio de sigilo, não sei o quê, mas eu vi muito pouca coisa nova. A maioria das coisas contidas nesses processos já foi divulgada por todos os jornais do Brasil. É impressionante como a mídia tem mais acesso às informações do que os próprios Parlamentares aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - V.Exa. tem razão, Deputado, porque, às vezes, os próprios advogados dos acusados tomam conhecimento dos fatos pela mídia, porque não conseguem ter acesso aos autos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Senhores advogados, quero informar que já estão na Casa as testemunhas. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, doutor.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Enquanto não comparece a testemunha ao seu assento, eu gostaria de reiterar, para que fique constando da ata, que a defesa não se sente em condições de fazer perguntas às testemunhas, porque não teve acesso aos autos, não teve acesso à documentação juntada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Constará da ata.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - E também peço a V.Exa. que me desculpe se eu tiver que me ausentar em decorrência desse compromisso que eu tenho. Com a Copa do Mundo, a saída de Brasília está impossível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) V.Exa. tem toda razão, a Mesa já está ciente e de acordo com V.Exa. *(Pausa prolongada.)*

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva dos Srs. Leonardo Meirelles e Esdra Ferreira, testemunhas arroladas pelo Deputado Júlio Delgado, Relator do processo em desfavor do Deputado Andre Vargas.

Registro a presença dos advogados do Deputado Andre Vargas, Dr. Michel Saliba, Dr. Roberto Batochio e Dr. Marcus Gusmão. Também está presente o Dr. Haroldo Nater, advogado das testemunhas arroladas.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva da testemunha. Conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética,

“a testemunha prestará compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe defeso qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.”

Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para formular as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário. Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao advogado do representado, conforme dispõe o art. 12, inciso III.



A chamada para os Parlamentares inquirirem o depoente será feita de acordo com a lista de inscrições, chamando-se primeiro os membros titulares deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para a formulação de perguntas, com 5 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo concedido aos membros, pelo art. 12, inciso VI. O Deputado, quando usar a palavra, não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Se a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas, sendo-lhe permitido consignar protesto ao Presidente do Conselho em caso de abuso ou violação de direito.

Primeira testemunha. Convido a tomar assento à mesa o Sr. Leonardo Meirelles.

Registro a presença do advogado da testemunha, Dr. Haroldo César Nater.

Para atender às formalidades legais, será firmado pela testemunha termo de compromisso, de cujo teor faço a leitura, que deverá ser assinado pelo Sr. Leonardo Meirelles:

“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 13, de 2014, Representação nº 25, de 2014, instaurado em desfavor do Deputado Andre Vargas, sem partido.”

O SR. HAROLDO CÉSAR - Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pela ordem, o Sr. Advogado Haroldo César.

O SR. HAROLDO CÉSAR - Excelência, eu gostaria de relatar que o depoente, Sr. Leonardo Meirelles, é réu em oito processos na Justiça Federal, na 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba. Grande parcela dos fatos que vão ser objeto de inquirição na data de hoje são também fatos analisados lá. Nesse sentido, quero dizer que viemos aqui com o intuito de colaborar com esta Câmara, com o povo brasileiro, mas com o intuito principal de preservar os direitos e as garantias



fundamentais do Sr. Leonardo Meirelles, entre os quais, para o exercício da ampla defesa, está a prerrogativa de responder apenas às questões que não caracterizarem produção de prova contra si mesmo e que possam influenciar de alguma forma nas ações penais nas quais ele é réu lá em Curitiba. Uma dessas ações, inclusive, que envolve diretamente o Deputado Andre Vargas, tramita aqui no Supremo Tribunal Federal.

Então, a condição de testemunha obrigada a dizer a verdade compromete a ampla defesa e os direitos constitucionais do depoente nas ações em Curitiba. Então, ele pode responder aos questionamentos apresentados, entretanto, sem assinar o compromisso que V.Exa. apresenta a ele neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Diante das razões apresentadas pelo Dr. Haroldo César, a testemunha está dispensada da assinatura do termo de compromisso.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu agradeço aos Drs. Batochio, Saliba e Gusmão. E agradeço também ao Sr. Leonardo Meirelles, que vem a esta oitiva no sentido de colaborar com o Conselho, já de antemão sabendo, conforme precipitado pelo nobre advogado...

Para economizar tempo — sabemos que houve imprevistos no voo, que estava marcado para 10 horas —, vou tentar ir direto às perguntas. V.Sa. responde as que puder responder, dispensando as que não puder responder, até para aproveitarmos a presença da defesa, dos colegas Deputados e de quem aqui está aguardando até agora para contribuir com esse processo.

Então, vou direto aos questionamentos.

Poderia dizer, só para efeito de registro, qual é o seu nome completo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Leonardo Meirelles. Sou proprietário da empresa Labogen S.A, com 90% das cotas sociais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor tem algum apelido? É conhecido por algum apelido?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Grandão?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor conhece o Deputado Andre Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Conheço.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - De onde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De São Paulo, onde me foi apresentado pelo Seu Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Onde fica a sede da empresa Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em Indaiatuba, São Paulo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual a formação profissional de V.Sa.: químico, farmacêutico?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bacharel em Direito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a sua atividade profissional neste momento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Industrial.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a sua relação, qual é a sua função na Labogen S.A Química Fina e Biotecnologia e na Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, só corrigindo, elucidando, uma empresa é Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia e a outra empresa é Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual a sua relação com o Sr. Esdra Ferreira na Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Sr. Esdra tem 10% das cotas sociais e cuida das questões administrativas.

Só respondendo à pergunta anterior, que eu não respondi, Deputado, na verdade, sou o maior acionista e Presidente das duas empresas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Era a pergunta que eu ia lhe fazer a seguir.

E a função do seu irmão Leandro Meirelles na Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É administrativa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Administrativa.



O senhor pode me dizer qual que é a sua remuneração na Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Vinte e seis mil reais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A remuneração do Esdra?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Doze mil reais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Do Leandro Meirelles?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Oito mil reais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E qual é a situação econômica e financeira da Labogen hoje?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Muito complicada, devido a todos esses fatos, devido a toda essa exposição que eu estou tendo nesses últimos 90 dias, em razão da qual me sinto abandonado por todos que estavam dentro do projeto, que acreditavam no bem do País.

Todo o procedimento de construção, de licenciamento, de obtenção das licenças está concluído. Inclusive, no meio desse processo todo dos alvarás que faltavam para a conclusão nos foi informado sobre a questão da PDP, que ela haveria sido suspensa, a qual, numa sexta-feira, através da imprensa, eu fiquei sabendo que foi cancelada. Porém, a Marinha informou que tem interesse na continuidade do processo da PDP e que vai substituir.

Foi, na verdade, a conclusão da sindicância interna do Ministério da Saúde, que concluiu que não houve nenhuma irregularidade em relação ao procedimento desde o início desse processo, desse contrato.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A Labogen, hoje, é uma empresa ativa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, operacional.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Sa. pode citar os contratos firmados pela Labogen nos últimos 3 anos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nos últimos 3 anos nenhum, porque estávamos em fase de conclusão da montagem da nova planta industrial, que ficou pronta agora em fevereiro de 2014.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas os contratos firmados pela Labogen...?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - No ano passado. Na verdade, o contrato firmado da PDP em questão foi em dezembro de 2012.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Esse com a Marinha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Esse com a Marinha, convênio Marinha, EMS e Labogen.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Marinha, EMS e Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A Labogen foi uma empresa constituída por V.Sa. ou foi adquirida por V.Sa.?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foi adquirida.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - De quem o senhor a adquiriu?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De José Campos Machado Filho, em maio de 2008.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É verdade que, quando o senhor adquiriu a Labogen, ela tinha um passivo enorme? E o senhor pode, se for o caso, distinguir quanto era esse passivo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Cinquenta e quatro milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Era esse o passivo da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E por que V.Sa. adquiriu uma empresa que tinha um passivo de 54 milhões de dólares, sendo que a movimentação dessa empresa e a remuneração, V.Sa. acabou de dizer, entre V.Sa., seu irmão e o Esdra, era em torno de 40 mil reais, mais os outros funcionários.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, eu tinha algumas informações de que haveria mudanças na legislação — o que houve — que favoreceriam o fortalecimento do parque farmoquímico nacional, no qual o País é extremamente dependente das importações e, através de desenvolvimento, foi feito um trabalho de reconstituição desse passivo. Hoje, está na ordem de 24 milhões de reais, de 2008 para cá. E, no ano passado, busquei investidores para construir uma nova planta, um novo projeto para poder participar dessas prerrogativas do Governo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor disse que a adquiriu em 2008?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em 2008.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O passivo era de 54 milhões?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E nesse período teve informação de que iriam ser ativadas... Essas informações, o senhor pode me dizer quem lhe deu?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não posso responder, Deputado. Isso, na verdade, começou com o Ministro Temporão, de 2009 para 2010, que foi o processo embrionário das PDPs.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor pode dizer como e quando conheceu o Sr. Esdra Ferreira?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Conheci o Sr. Esdra em 2002, através de um advogado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E por que ele entrou, como ele entrou no negócio da Labogen com V.Sa.?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, composição acionária, em 2008 ele entrou com a força de trabalho dele.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual a função do Sr. Pedro Argese na Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Era o Diretor-Executivo Comercial.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E da Sra. Vera Lúcia Mattos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A Dra. Vera é a responsável técnica, a farmacêutica responsável, a qual responde por todo e qualquer procedimento perante os assuntos regulatórios de controle de qualidade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A última pergunta com relação às pessoas: qual a relação com o Sr. Maurício Beriam?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Maurício Beriam é o químico responsável da empresa, o qual nós mantivemos. Foi funcionário da Labogen desde o início das suas atividades, em 1995. E ele é uma das pessoas que cuida da área industrial, da parte de fabrico.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Sa. poderia descrever como se deram as negociações e como foi firmado o convênio com o Ministério da Saúde, que, posteriormente, viemos a saber, quando tudo veio à tona, foi cancelado? E com



o Laboratório Farmacêutico da Marinha? Como foram iniciadas as negociações, como é que foram encaminhados esses convênios entre o Ministério da Saúde e o Laboratório Farmacêutico? Quem os levou ou como a Labogen foi ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Marinha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, quando busquei, de 2011 para 2012, os investidores para a construção da fábrica, a colocação... Já havíamos feito contatos anteriores no Ministério da Saúde, tínhamos a aprovação da planta e tínhamos um questionamento, porque a tecnologia de fabricação desse produto, em específico, nós já a temos desenvolvida há mais de 12 anos, e toda a prerrogativa que foi feita de contato com o Ministério da Saúde, o qual indicou o Laboratório da Marinha, do qual foi feito todo o procedimento legal e previsto dentro do cronograma — e a Lei nº 12.715 permite —, na verdade, fomos procurados porque a Labogen, sendo uma empresa farmoquímica, dispensa o processo licitatório como fabricante nacional de insumos farmacêuticos ativos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E quem fez essa ponte entre vocês e os Ministérios para ter audiência com o Sr. Carlos Gadelha, com o Ministro Padilha? Quem encaminhou a Labogen a esses órgãos do Executivo Federal?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Deputado Andre Vargas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Deputado Andre Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem estabeleceu e quem abriu o contato da parceria da Labogen com a EMS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não sei precisar agora a data, mas eu tenho como fornecer esses documentos e essas datas. Na verdade, tive essa audiência aqui no Ministério da Saúde numa terça-feira e dois dias após nos foi encaminhado, de forma que o maior fabricante do País teria uma condição de velocidade em relação ao registro do produto. E aí foi indicado via Ministério. Foi basicamente isso. Eu não tinha contato com a EMS.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Sa. pode me dizer quem eram os contatos que a Labogen tinha e com quem a Labogen conversou dentro do Ministério da Saúde? Quem eram os personagens que o Deputado Andre Vargas,



segundo V.Sa. disse, fez o encaminhamento ao Ministério? E quem era, no Ministério, a tratativa que a Labogen tinha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É bem simples. A tratativa foi... Quando eu estive com o Deputado, algumas vezes, eu coloquei que o projeto era um bom projeto para o País, a centralização dos medicamentos do SUS, o qual nós tínhamos condições de fazer dentro do prazo que foi estipulado. E, dentro disso, fomos encaminhados para outro setor, a Secretaria de Ciência, Tecnologia de Insumos Estratégicos, ao Sr. Eduardo Jorge, pessoa ligada ao Sr. Carlos Gadelha. Mas, até então, não tinha contato com o Sr. Carlos Gadelha, muito menos com o Ministro Padilha.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas veio a ter posteriormente?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não teve nunca contato com o Carlos Gadelha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, com o Gadelha, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Com o Gadelha, sim.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Com o Gadelha e o Padilha, só no dia da assinatura do ato, no dia 9 de dezembro, o que já foi exposto na mídia.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Foi a primeira vez que V.Sa. esteve com o Sr. Gadelha e com o Sr. Padilha? O Eduardo Jorge é que fazia a tratativa no Ministério?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, não é tratativa. O Eduardo Jorge cuida das questões técnicas, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ele fazia os encaminhamentos necessários, dos quais foi apresentado um cronograma. Esse cronograma foi seguido à risca para podermos, na verdade, ter a aprovação desse nosso projeto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quando o senhor Marcus Moura foi contratado pela Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foi contratado no final de dezembro de 2013.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual era o objetivo da contratação do Marcus Moura?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Seria o nosso assessor de assuntos institucionais aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ele foi contratado aqui em Brasília para ser o assessor dos assuntos da Labogen aqui em Brasília.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Da Labogen aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor pode me dizer agora qual era a relação da Labogen com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A relação da Labogen é nenhuma. Na verdade, na pessoa de Leonardo Meirelles, eu, como diretor, eu o conheço há aproximadamente 4 anos. Ele sabia desse projeto. Eu estava em busca de investidores e, num determinado momento, ele nos apresentou um grupo, um fundo de investimento, que, após analisarmos, determinamos que fosse concluído e fosse adiante o projeto. Inclusive a parte política. Isso era a cargo deles, inclusive.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor pode me dizer se junto com o Sr. Marcus Moura, se em alguma ocasião, uma vez que ele era o relações institucionais da empresa aqui em Brasília... o senhor já esteve, em alguma ocasião, junto com o Sr. Alberto Youssef, o Deputado Andre Vargas, o Sr. Marcus Moura e outras pessoas para tratar de assuntos da Labogen junto ao Ministério da Saúde ou ao Ministério da Marinha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Andre Vargas, não. O Youssef, sim. As reuniões eram periódicas com o escritório da sede do Fundo, em São Paulo, nas segundas-feiras. Fazíamos todas as segundas-feiras um colegiado, um comitê de gestão. Eu estava à frente, tocava, fazia a preposição do dia a dia, de execução do que se tratava. Nessa ocasião, sim, algumas vezes tivemos o Youssef, os outros sócios envolvidos no processo e o Sr. Marcus Moura.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Esdra estava presente também?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, nunca esteve em nenhuma reunião de Conselho.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aqui em Brasília o senhor nunca esteve com o Sr. Youssef, o Deputado Andre Vargas e o próprio Marcus Moura?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Em Brasília, não. Eu estive com o Sr. Marcus Moura, em uma ocasião aqui em Brasília para tratar de assuntos regulatórios. Não com o Andre Vargas e não com o...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas V.Sa. disse que quem intermediou os contatos da Labogen com os Ministérios foi o Sr. Andre Vargas.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não teve intermediação. Eu levei o projeto, mostrei a ele, através do Alberto Youssef, como eu disse anteriormente, e, dentro disso, houve um encaminhamento. Esse encaminhamento foi pura e simplesmente técnico, do qual, depois...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas esse encontro para esse encaminhamento foi feito em São Paulo ou aqui em Brasília?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Aqui em Brasília.

Quando foi firmada a promessa de compra e venda das empresas Quality, GPI e Linear entre o senhor e o Esdra?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foi firmado antes do ingresso dos recursos, provavelmente — eu não me recordo agora —, mas algo em torno de fevereiro ou março de 2013.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor sabe a quem pertencem essas empresas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sei. A GPI é do Sr. Pedro Paulo Leoni.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pedro Paulo Leoni?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Perfeito.

A Linear é do Sr. José Geraldo Nonino. E a Quality, eram pessoas indicadas pelo Sr. Youssef. Na verdade, era uma intenção de compra, eles nunca foram donos, eu nunca fui interposta pessoa do Sr. Alberto Youssef, queria deixar isso muito claro, porque, na verdade, eu fui execrado, nesse tempo todo ficaram colocando notícias fantasiosas. E eu sempre me coloquei à disposição para qualquer tipo de esclarecimento, nunca me furtei a atender ou falar com qualquer pessoa sobre o que seja pertinente ao caso. Então, na verdade, sempre fui o



proprietário, tinha a intenção de colocar os recursos, pôr o negócio funcionar, consegui os contratos que a parte... de ajuste político, enfim, essas prerrogativas eram do grupo, não eram minhas, até porque eu não conhecia o Deputado Andre Vargas. Basicamente, é isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Os contatos que o senhor tinha com essas empresas eram com essas pessoas que o senhor disse aí? Com o Pedro Paulo...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Pedro Paulo, João Mauro Boschiero...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E o próprio Youssef, com relação à Quality.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - À Quality, uma pessoa indicada por ele, um advogado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estou terminando, colegas Deputados, tenho só mais quatro ou cinco perguntas.

Quem é Matheus de Oliveira dos Santos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Era o advogado e procurador da Quality. Um dos sócios, acredito eu.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E João Mauro Boschiero?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sócio da GPI.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Camilo Nonino.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Filho do Zé Geraldo Nonino.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Filho do Zé Geraldo. E PP, quem é PP, que estava nos seus *e-mails*?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Pedro Paulo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pedro Paulo. E esse contrato de promessa de compra e venda foi finalizado? O senhor recebeu o dinheiro? Como é que isso...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não foi finalizado. Estamos tomando as medidas cabíveis, porque eles nos abandonaram no meio desse processo. Eu fiquei nesse processo quando eu saí do cárcere. Eu, na verdade, fiz alguns contatos, não tive êxito. O contato que eu tenho hoje é através de advogados e vou tomar as



medidas cabíveis porque foi feita toda uma estrutura, tenho funcionários, todo o investimento que foi feito, e agora, simplesmente, nos deram as costas e...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E em algum momento houve aporte de dinheiro do Sr. Youssef na Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quanto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Por volta de 1 milhão e 200 mil reais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quando isso aconteceu?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu tenho as datas e os valores, não só deles como de todos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E qual que era o objetivo do Sr. Youssef ao aportar recursos na Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O término de construção da fábrica, a qual foi concluída, e, num segundo estágio, num segundo momento, seria, na verdade, capital de giro para a sequência das atividades da empresa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Youssef usava as contas bancárias da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Usou no período de 2009 a 2011.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas com que objetivo, operações de câmbio?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É... Não vou responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como se efetuavam essas operações cambiais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Reservo-me o direito de não responder.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor tinha algum ganho para realizar essas transações?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Já foi tudo isso explicitado no meu depoimento... Na verdade, nessas operações eu tinha um comissionamento de 1% do valor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Um por cento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Que empresas o senhor sabe, se puder me falar, que sejam de propriedade do Sr. Alberto Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De propriedade, quase nenhuma, acredito eu, não é? Propriedade, quase nenhuma; de utilização, são muitas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não aqui e agora, mas depois, para o Conselho, para contribuir com a elucidação dos fatos, gostaria que V.Sa. nos fornecesse, se possível — a gente tem um —, os telefones de contato do senhor e da Labogen.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito, estou sempre à disposição.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O.k.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O convite foi feito um pouco em cima da hora...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor tinha uma lista de telefones exclusivos com o Sr. Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Reservo-me o direito de não responder.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor tem outras empresas em seu nome?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tenho.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Inativas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Todas inativas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Todas inativas, sem atividades.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E qual é... A que se dedicam essas empresas que hoje estão inativas, que o senhor criou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A nada, estão paralisadas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas qual era a atividade delas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ah, tinham empresas no ramo de combustíveis e empresas de fomento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - E, acredito, uma de consultoria.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para terminar, o senhor sabe me dizer quem é o Primo?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Alberto Youssef.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente, agradeço a atenção do depoente, a presteza com que pôde, dentro do limite do que resguarda, contribuir com esse Conselho. Eu passo a palavra para o advogado e para os colegas aqui do Conselho.

Muito obrigado, Dr. Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra à defesa, ao Dr. Michel Saliba.

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, nobre testemunha e eminente advogado, colega de profissão que acompanha a testemunha, a defesa, mais uma vez, como já dito na data de ontem por ocasião da oitiva do Deputado Cândido Vaccarezza, se vê cerceada no seu direito e impossibilitada de formular pergunta, porque não teve vista dos autos como prevê a Constituição Federal, como prevê o Estatuto da Advocacia e, por isso, entende a defesa que está cerceada e algemada no que diz respeito à reflexão. Por exemplo, o nobre Deputado Júlio Delgado, o Relator, formulou perguntas à testemunha que a defesa, pelo conteúdo dos autos da representação, não tem como aferir, por exemplo: quem é PP ou outras perguntas que, efetivamente, aqui nos autos, não dizem respeito, não há nada no teor da acusação. Se nós não podemos depreender pelo conteúdo da acusação e pelo conteúdo dos documentos que estão aqui nos autos, fora esses documentos do Supremo, dos quais nós não tivemos o direito a uma vista permeada pelos princípios constitucionais, nós ficamos, realmente, manietados e obstruídos de formular as perguntas necessárias.

Sendo assim, peço a V.Exa. que faça constar em ata e agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Só para deixar claro que o processo do Supremo está à disposição dos senhores desde ontem lá no Conselho e nós não podemos dar-lhes uma cópia, por enquanto, porque existe uma determinação da Casa de que, como está sob sigilo, não pode ser disponibilizado para sair de fora do Conselho. Nós estamos fazendo um requerimento à Mesa Diretora para ver se eles autorizam o fornecimento de cópia, mas aí vai cair naquilo



que o Deputado Marcos Rogério... Teria que ser distribuído para todos os Parlamentares.

O SR. MICHEL SALIBA - Sim, mas V.Exa. me permita só um esclarecimento: suponhamos que esse entendimento seja pela concessão da cópia. Então nós havíamos pedido na sessão de ontem que se suspendesse a oitiva do Deputado Cândido Vaccarezza e a do Sr. Leonardo Meirelles, para que nós pudéssemos acessar os documentos. Aí vem a Mesa Diretora agora e diz: *“Não, vocês têm acesso.”* Ou eu teria que dormir aqui no Conselho de Ética, porque eu trabalho a madrugada inteira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, mas se eu não estou enganado...

O SR. MICHEL SALIBA - Eu teria que dormir aqui lendo as 4 mil páginas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se eu não estou enganado, ontem o Deputado Izalci ficou lá estudando eu acho que umas 8 horas o processo. Lá havia mesa para todo mundo. Mas a questão não é essa. Se não me engano, ontem, quando fomos fazer o requerimento para ver se mudávamos o horário do depoimento do Deputado Cândido Vaccarezza, a defesa disse: *“Não, eu gostaria que fosse agora.”* Ou eu estou enganado?

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, para finalizar: a defesa não abre mão da prerrogativa constitucional e legal e não vai se amoldar às horas que o Conselho de Ética entende como necessárias para a análise dos autos. Ela vai cumprir o que o constituinte e o legislador entenderam que é razoável para o exercício de direito de defesa.

Agradecendo sempre a sua lhanza de trato e democrática condução. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A consulta vai ser feita urgentemente e vai constar em ata, Dr. Michel.

O SR. MICHEL SALIBA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Passo a palavra ao Deputado Izalci, para inquirir a testemunha, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Oito horas para perguntar em 5 minutos?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Desculpe-me, eu estou errado, são 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, esse tempo é para perguntas e respostas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, só para as perguntas.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - São 5 minutos? Eu tenho 5 minutos para perguntar e ele tem 5 minutos para responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - São 10 minutos para as perguntas, eu me enganei, Deputado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - O.k. Está ótimo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, em primeiro lugar, eu perguntaria sobre o termo de depoimento na Polícia Federal: V.Sa. confirma tudo o que foi dito na Polícia Federal?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes dessa atividade, antes da compra da Labogen, que tinha uma dívida em torno de 54 milhões de dólares, V.Sa. trabalhava com o quê?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Reservo-me o direito de não responder, Deputado, não diz respeito ao assunto em que nós estamos trabalhando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É porque, com uma dívida de 54 milhões, quem é que financiou essa empresa do período...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ninguém.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... em que V.Sa. a comprou, com essa dívida, até quando V.Sa. conheceu o Sr. Youssef? Quem financiou isso? Porque havia funcionários, o salário de V.Sa. etc. De onde vinha esse recurso, se ela estava paralisada?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, de 2008 até 2010, a empresa não teve nenhuma atividade, só estava fazendo processo de recompra, de ajuste do passivo. A partir de 2010 foi quando eu comecei a montar o projeto. De 2008 a 2010 a empresa não teve atividade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntei a V.Sa. qual era a sua atividade exatamente por isso, porque V.Sa. se formou agora em Direito, porque, pelo menos



pelo depoimento prestado na Polícia Federal, V.Sa. ainda não tinha se formado em Direito. E aqui V.Sa. disse que é bacharel.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A informação que eu tenho no depoimento de V.Sa. é de que V.Sa. não havia se formado ainda naquele momento. Então, é evidente que, para assumir uma dívida de 54 milhões de dólares de uma empresa que devia carga tributária, trabalhista...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Muitas, muitas coisas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...FINEP, tinha que ter perspectivas.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem é que incentivou V.Sa. a adquirir isso, se V.Sa. não era do ramo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Reservo-me o direito de não responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conheceu Milton, irmão do Deputado Andre Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem fez o projeto do medicamento na empresa, o projeto...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O projeto executivo?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu e minha equipe de assuntos regulatórios e comercial, o Pedro Argese, as pessoas da empresa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tecnicamente, foi a Vera que fez todo o projeto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Foram a Vera, o Maurício e o Pedro Argese.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Milton nunca trabalhou para a Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque existe uma cobrança dos honorários de consultoria do Milton nessa... por parte do Deputado Andre Vargas.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Então V.Sa. não tem conhecimento? Não foi contratada nenhuma empresa de consultoria para tocar esse projeto?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, na verdade, em relação ao Sr. Milton, elucidando de uma forma objetiva, na verdade, houve uma prospecção de montagem de um sistema de informática, porém, não, nada disso...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então V.Sa. conheceu o Sr. Milton.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tive uma ocasião ou duas, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa cobrança que ele faz de honorários... Ele disse que contratou uma série de outros consultores que trabalharam para ele nesse projeto. Isso foi relacionado a esse projeto de informática?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem apresentou o Milton foi o Deputado Andre Vargas ou... V.Sa. conhecia o Milton antes?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Numa reunião de Conselho do Fundo em que me foi apresentado para verificar a possibilidade de fazer, porém, não foi concluído.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Milton chegou a fazer esse trabalho?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, começou o desenvolvimento, a pegar informações preliminares, mas não houve sequência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só houve o pagamento, depois.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não sei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posteriormente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Disso eu não cuidava.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Labogen não pagou?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A Labogen não pagou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não foi a Labogen que pagou.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, porque não foi feito nenhum serviço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, V.Sa. disse há pouco, talvez seja questão de data, que conheceu Youssef há 4 anos.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aproximadamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas que desde 2009 ele já operava as contas da Labogen.



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que dá um pouco mais do que isso. Então foi exatamente...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aproximadamente, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então o conhecimento já foi, nesse momento, para utilizar as contas da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Labogen já fazia importações e exportações fictícias antes do...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, a empresa nunca executou nenhum tipo de importação fictícia, Deputado. Na verdade, são pagamentos no exterior a fornecedores que têm a prerrogativa hoje de retorno efetivo da mercadoria ou de retorno dos recursos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Sr. Esdra, sócio de V.Sa., trabalhava num posto de gasolina como frentista.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Informação errada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, não...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca trabalhou em posto de gasolina.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nenhum dos sócios da Labogen trabalhou em posto de gasolina?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nenhum dos sócios, não, só há dois sócios: Leonardo e Esdra. Esdra trabalhou para uma empresa de combustível no começo da década de 2000.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, bem anterior.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Bem anterior.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, a Labogen Química, segundo informações do processo, teve 78 operações, e a Labogen Indústria, 30 operações.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A primeira transferência de 10 milhões e 419 mil e, a segunda, de 6 milhões e 700 mil. A Labogen Química era de Leonardo e Esdra, que também era sócio e administrava as duas empresas. A informação que o próprio



Esdra dá é de que ele era frentista e V.Sa. abastecia no posto onde ele trabalhava. Foi quando, então, foi convidado para trabalhar na empresa.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quem? Não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes do Youssef V.Sa. chegou a fazer operações de importação e exportação que não fossem para Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, várias.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Valdomiro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, nenhuma! Todas para a empresa. Tenho todas as declarações de importações e tenho todo o processo, que eu posso apresentar a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essas operações de importação e exportação feitas pela Labogen eram reais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Reais, da empresa. Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Porque, no processo... Quer dizer, a Receita Federal está apurando exatamente isso.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Estou no meio, exatamente, de um...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. não recolhia os impostos, então, dessa importação e exportação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, foram todos recolhidos. Dessas importações que eu tenho registradas eu posso apresentar, porque, se não efetuar o pagamento dos impostos, você não pode retirar mercadoria no porto ou no aeroporto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em que momento V.Sa. soube dessa questão do contrato com o Ministério em torno de 150 milhões? Era o projeto? Quando V.Sa. tomou conhecimento? Foi o projeto que V.Sa. começou, que daria em torno de 150 milhões?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, foi feito o projeto executivo com base nas compras efetuadas pelo SUS no período atual, no qual a PDP — isso tenho que deixar muito claro... Na verdade, traríamos economia e divisas para os cofres públicos na ordem de 29,2 milhões de reais no prazo de 5 anos. Essa é uma



das prerrogativas para se poder dar entrada num projeto executivo. Então, não há nenhum tipo de subterfúgio em relação ao entendimento disso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conhece o Matheus do Grupo OAS ou é somente aquele advogado do...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Matheus é o advogado...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Matheus é o representante da Quality. Matheus Oliveira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. se lembra da ocasião em que houve uma conversa, ou deve ter sido um *e-mail*, em que V.Sa. disse: *“Vamos todos nós para lá a partir de quarta.”* *“Estava com um amigo até agora e te oriento amanhã.”* Esta foi o Matheus de Oliveira Santos que escreveu. *“Pedi reunião com urgência na GPI amanhã ou quarta. Orçamento enxuto. Precisamos de X mil reais. Não temos dinheiro. É hora de abrir o jogo. Se precisar, eu caio para dentro da obra.”*

O que percebemos é que esse laboratório foi montado rapidamente com compra de equipamentos de outro laboratório ou alguma coisa assim. A mídia noticiou até que foi equipamento de sucata. O que V.Sa. quis dizer com *“Vamos abrir o jogo. Não temos dinheiro.”* O que estava sendo tratado que gerou esse diálogo? *“Acabou a brincadeira. Estamos lascados, agora não tem desculpa.”*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, vou responder para o Deputado de uma forma muito simples e objetiva. Na verdade, nós, esse comitê de gestão, nos reunimos todas as segundas-feiras. Todo o orçamento, todo o cronograma da obra, todo o financiamento era discutido ponto a ponto entre os sócios. Houve alguns atrasos nos aportes e, dentro disso, nós tínhamos um cronograma na outra ponta para poder atender à construção, a toda a legislação e à parte documental de alteração das licenças vigentes que a empresa possui.

No meio do processo, deve ter sido alguma coisa do gênero para estar sendo discutido para acelerarmos o processo. Na verdade, as pessoas não têm esse conhecimento, mas foi feito um investimento de 7 milhões de reais, todos comprovados, estão no depoimento e no relatório da Polícia Federal com todas as despesas, com todos os aportes, com todas as notas fiscais pertinentes a equipamentos, instalações, parte regulatória, documentação. E nós fizemos um



trabalho em tempo recorde em que cinco ou seis equipes trabalharam para que isso estivesse pronto em fevereiro de 2014.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se V.Sa. diz que não...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Após esse episódio, as coisas caminharam, fizeram os aportes, e as coisas se ajustaram. Estava tendo problema de aportes entre os sócios. As datas não estavam sendo cumpridas, por isso que a gente teve isso...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. disse que, nesse período, até o conhecimento do Youssef, a empresa estava paralisada.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tinha salário, não tinha nada. Mas, antes de o Youssef assumir, V.Sa. disse há pouco que fez várias importações e exportações. Como é que estava desativada e houve essas importações e exportações?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É assim, vamos dizer: o Youssef nunca foi sócio, não é meu sócio. Perfeito? Ele fez um empréstimo, que está no relatório, de 3 milhões de reais, o.k.? É uma parte do custo de aumento até o começo da obra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O Deputado perguntou como eu sobrevivi até esse tempo. No período de 2 ou 3 anos, ele foi me emprestando recursos. Aí eu montei o projeto e fomos em busca de investidores para poder fazer o que está pronto lá. E deixo à disposição e os convido...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes de ter esse contrato, intenção de compra, antes disso...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado Izalci, só para complementar essa pergunta do senhor só para poder integralizar o entendimento disso. V.Sa. acabou de dizer agora que o Sr. Youssef não era e nunca foi seu sócio.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor falou isso aqui. Em outro momento, o senhor me contou que ele utilizou as contas da LABOGEN.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para as importações e exportações?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, para importações, pagamentos e remetentes ao exterior, pagamento de fornecedores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa é a pergunta que eu ia fazer, exatamente esta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Desculpa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou seja, então, antes desta intenção de compra desse documento, V.Sa. já prestava serviço para ele de camaradagem, vamos dizer assim, como amigo, de ele utilizar a empresa, usar a conta da empresa, importar e exportar em nome da empresa. É isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. E por isso...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aí ganhava essa comissão de 1%?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, perfeito. Como está no meu depoimento à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E V.Sa. diz que essa importação e exportação feitas pelo Youssef, através da empresa de V.Sa., eram reais.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu... O Deputado perguntou: "*V.Sa. fez nesse período importações legais?*" Eu disse que sim. Não me recordo agora, mas tenho como comprovar. Todas essas importações foram feitas sem impostos? Não, o que foi feito pela empresa, de fato, que são insumos farmacêuticos e seus intermediários, eu tenho a comprovação de todas essas importações, de 2009 a 2011, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas se a empresa estava desativada, como V.Sa. importava e exportava medicamentos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu importava, e não é medicamento, é insumo farmacêutico, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, insumo..., se estava paralisada? Para terceiros?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Para venda, é terceiro, é lógico. Eu importei e vendi para terceiros. Ponto. As importações que foram feitas eu tenho a denominada saída.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas antes de o Youssef assumir o compromisso de comprar a empresa?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Antes de o Youssef...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas você disse que estava paralisada. Paralisada, mas atendia a alguns pedidos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Exatamente, é isso aí. Até porque a empresa tem a detenção de algumas patentes de fabricação de alguns insumos com alguns fabricantes nacionais, e temos que manter esse fornecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu ainda perguntaria: tem uma conversa entre Youssef e Andre Vargas que diz assim: *“O Grandão foi procurá-lo e não está conseguindo falar contigo.”*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E aí ele diz assim: *“Não, peça ao Grandão e a gente conversa. Na hora em que a advogada tiver tempo nós conversamos.”* V.Sa. sabe quem é essa advogada que vocês estavam...?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. nunca foi chamado de Grandão?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca teve esse apelido? Ninguém o conhece assim? Nem o Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Essa pergunta o Deputado já fez, se eu tenho algum apelido, se o meu nome é Grandão. Eu disse que não. Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi. Só para finalizar, com relação ao Marcus Cezar F. de Moura, V.Sa. tomou conhecimento ou alguém disse ou ouviu falar de que a indicação dele para contratação foi feita pelo Ministro Padilha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desconheço, porém me foi informado, no final de dezembro, nessas reuniões de conselho na GPI, que, a partir de janeiro, começaria uma pessoa indicada por eles...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Indicada pelo Ministro Padilha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não, indicada pela GPI, pelos sócios. Eu não sei de nenhum entendimento político...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca ouviu falar nada nesse sentido?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca, não, desconheço.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas V.Sa. tem conhecimento de que ele trabalhava no Ministério e foi assessor de imprensa do ex-Ministro Padilha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Quem cuidou da contratação foi o Dr. Mauro Boschiero e os meus sócios. Eu só fui informado. Teve uma reunião e, a partir de janeiro...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. tem 90% da empresa, tinha ou tem...,

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Tenho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...contrata uma pessoa, o Marcus, com salário de 28 e poucos mil, se não me engano...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vinte mil reais mais ou menos.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, senhor. O salário dele é 4.680 reais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mais participação.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não tem participação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, ele recebia esse salário e teria uma *performance* se fosse cumprido, se fosse cumprido...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, participação, *performance*.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, participação é uma coisa e *performance* é outra. São coisas distintas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se ele conseguisse êxito lá no Ministério da Saúde.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não êxito no Ministério da Saúde; se ele cuidasse dos assuntos institucionais da empresa, como todos os laboratórios têm, sem exceção.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. tomou conhecimento de que houve a conversa do Deputado Andre Vargas dizendo: "*Olha, foi indicado pelo Padilha.*"

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desconheço.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tomou conhecimento pela mídia?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tive conhecimento pelos autos, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não houve nenhum comentário na empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, para com a minha pessoa, não.



O SR. DEPUTADO IZALCI - É.

O SR. MICHEL SALIBA - Não deu para ler todo o processo, viu?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas eu quero complementar. O senhor terminou, Deputado Izalci?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pode complementar, se tiver alguma coisa... Eu estou dando uma lida aqui.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Leonardo, a acusação que a Justiça Federal faz e que a gente tem é que o senhor afirmou que o Youssef, de certa forma, utilizou algumas contas e a Labogen. A acusação é de que foram para remessas ilegais ou para internalizar 37 milhões de dólares, 85 milhões de reais, com simulação de importações e exportações. O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu me guardo no direito de não responder, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É para a gente registrar, e eu respeito a posição de V.Sa., que a questão da não assinatura de compromisso faz com que as coisas que sejam ditas aqui a gente releve na posição que quiser. Se tivesse assinado o compromisso, não poderia aqui estar dizendo fatos que não fossem a verdade. Mas...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu já estou respondendo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu respeito, eu respeito. Atendo e agradeço a contribuição.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Só complementando o Deputado... Pela ordem.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu já estou respondendo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Apenas para fazer uma observação em relação à última fala do Relator, de que a fala de V.Exa. não quer sugerir ao Plenário do Conselho de Ética que o que está sendo dito não seja a verdade...,

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não, uma pergunta clara: em todos os autos...



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ... porque nós, enquanto membros do Conselho...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O nobre advogado disse que não leu. V.Sa. não sei se teve a oportunidade de ler. V.Exa. leu alguma coisa, Deputado Izalci?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ontem eu li, à tarde...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em todas as especificações de alcunha, como é chamado, em todas, quando vem Sr. Leonardo Meirelles, à frente vem "Grandão". Em todas! Ele aqui falou várias vezes que nunca foi chamado e que não conhece o apelido de Grandão. É isso? Em todas as identificações dele, é conhecido e chamado por Grandão, no depoimento à Polícia Federal. E aqui ele diz que desconhece o apelido de Grandão. E dá para ver que o porte físico dele é um porte pequeno. Então, a gente tem que levar isso em consideração. É isso, Deputado Marcos Rogério?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só para fazer a última pergunta, Presidente. Nessa dívida toda, tem muita parte tributária, tem questão trabalhista, tem questão da FINEP, etc. Em algum momento houve alguma negociação em relação a essa dívida? Teve interferência de alguém, de algum Parlamentar, para ajudar a fazer essa composição? Por último, V.Sa. tomou a decisão de comprar essa empresa falida, mais do que falida, sabendo que a legislação iria mudar ou alguma coisa nesse sentido, como V.Sa. disse.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Houve participação do Deputado, ajudando a mudar a legislação? V.Sa. pediu alguma mudança? O Youssef intermediou alguma coisa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De forma alguma. Na verdade, isso consta do programa de Governo Brasil Maior, lá no embrionário, lá atrás, no Governo Lula, temporão, em 1998, se eu não me engano, onde se decidiu o início da centralização dos insumos estratégicos e de uso contínuo do SUS. A partir disso, teriam decorrências e fortalecimentos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o senhor já era da área, já conhecia essa área?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tinha algum conhecimento sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Prestava consultoria para alguém?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Tinha conhecimento, mas não houve nenhum...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não tinha vínculo profissional nessa área, não?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu conheço algumas pessoas, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu digo assim: profissionalmente, V.Sa. já exerceu...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Profissionalmente, os funcionários que eram anteriormente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, antes da Labogen, V.Sa. trabalhou nessa área?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em alguma empresa nessa área?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Leonardo Meirelles, que fala a este Conselho na condição de testemunha, nobre advogado Dr. Haroldo César. Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de ontem ter acesso aos documentos que vieram do Supremo Tribunal Federal. Obviamente que é impossível em apenas uma tarde ler todo o conjunto de documentos e de informações que estão ali presentes, porque é um volume bastante extenso, grande, muitas informações, mas gostaria de fazer algumas perguntas, sobretudo com base no que o próprio Sr. Leonardo mencionou aqui.

O senhor disse que foi abandonado por quem estava no projeto.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quem estava no projeto e o teria abandonado?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O grupo dos sócios GPI, a Linear e, no caso, o representante do Youssef.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Pergunto isso, Sr. Presidente, porque nós não estamos aqui a julgar a conduta criminosa do representado, mas a quebra de decoro, embora a conduta criminosa de qualquer representado tenha repercussão no âmbito da quebra de decoro. Mas a nossa busca é para verificar se houve quebra de decoro, se a atividade exercida era incompatível ou não com o decoro parlamentar.

Indagado ao senhor quem intermediou o contato com o Ministério da Saúde, o senhor disse que foi o Deputado Andre Vargas. Sob que condição ele fez essa intermediação? Qual a relação da empresa com o Deputado Andre Vargas? Essa relação era direta com o Deputado Andre Vargas ou era via Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Deputado, da seguinte maneira, como eu já coloquei, o abandono é em relação à continuidade do projeto..., porque, na verdade, foi colocado esse projeto executivo. Na verdade, nós tínhamos e temos tecnologia para mais alguns que já estão prontos para serem encaminhados, independente de qualquer situação. Respondendo para o Deputado, o contato que eu tive foram os sócios que me determinaram para fazer, para procurar, buscar e explicar a questão da PDP, a questão da agenda para a saúde do povo brasileiro. Perfeito? Dentro disso, as vezes que tive contato foi diretamente com o Andre Vargas. Perfeito? Ele não tem nenhuma relação com a empresa, nem como sócio, nem como intermediário, absolutamente em nada. Quem cuidava da questão política e dos ajustes eram os sócios. Eu não participava disso. Na verdade, discutimos como um todo o projeto. Eu executava o dia a dia. E essas definições... Geralmente nessa reunião de conselho já vinha a informação pronta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quem aproximou a empresa do Deputado Andre Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Alberto Youssef.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O Sr. Youssef falou de independência financeira em um dos depoimentos que constam dos autos que vieram do Supremo Tribunal e que foi objeto de ampla divulgação pela mídia brasileira. O acerto era de responsabilidade do Sr. Youssef ou a empresa era incumbida de fazer algum acerto financeiro com o Parlamentar?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tinha nenhum acerto financeiro com o Parlamentar, nunca houve. Na verdade, toda a discussão com o Andre Vargas sempre foi para a agenda positiva da saúde do País. Qualquer intempérie, qualquer denominação ou colocação seria da minha parte injusta, porque isso não ocorreu. Na verdade, todo questionamento em relação à independência financeira... O Deputado há de ver comigo que 31 milhões de reais, que é o que foi assinado de fato... Você tem custo de produção, você tem custo de implementação de transferência de tecnologia. Se o Deputado for apurar, tirando os impostos, fazendo todo o procedimento, o que resulta para a empresa, referente aos 50% que são de direito dela em relação a este contrato, não acredito que seja independência financeira, dividido por 5 anos. Sobraria algo líquido em torno de 8 milhões de reais o contrato inteiro, no caso o farmoquímico privado. Divididos por cinco são 1,7 milhão de reais. O custo fixo dela é maior do que isso anualmente. Então, essa afirmação, na verdade, em relação a isso, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A empresa nunca pagou comissão ao Deputado?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, eu, diante do conjunto de questionamentos feitos pelo nobre Relator, Deputado Júlio Delgado, e também pelo Deputado Izalci, não farei mais questionamentos. Acho que as informações trazidas a este colegiado a mim me são suficientes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, anotei muita coisa aqui. Eu não perguntei sobre a empresa Piroquímica. V.Sa. sugeriu ou indicou que o Esdra, segundo informação dele mesmo no depoimento também na Polícia Federal... Ele disse que conheceu V.Sa., que ele era frentista e abastecia o carro de V.Sa. — ele inclusive era frentista, sem carteira assinada — e que foi convidado para entrar de sócio. Depois, V.Sa. também o chamou para participar da Piroquímica, que era do Pedro Argese e que foi adquirida por V.Sa. e também pelo Esdra, que é uma empresa que também tinha dívida, em torno de 600 a 800 mil reais, mas que a dívida era muito menor, evidentemente, que a da LABOGEN, portanto, facilitaria algumas negociações.



Mas V.Sa., quando chamou o Sr. Esdra, que não tem nem formação, é ensino médio... Ele sabia exatamente no que estava entrando? Como V.Sa. convenceu o Esdra a entrar de sócio na LABOGEN com uma dívida desse tamanho e também agora na Piroquímica? Que argumento que V.Sa. usou para convencê-lo a ser sócio disso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não tem argumento nenhum, Deputado. Na verdade, era um trabalho, através da força de trabalho dele, de resgatar e solucionar esses passivos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele não é um laranja na empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não é laranja da empresa, nem eu sou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, é ele que eu digo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu tenho 90%.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Na Piroquímica?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na Piroquímica, 66%.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E ele também é sócio?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sócio. Sim, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Frentista de um posto de gasolina?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, o.k.? Não é. Já coloquei anteriormente. No depoimento dele ele pode ter colocado isso, mas essa é a verdade que eu estou colocando, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, pegando aqui o início da fala do Deputado Rogério, acho que interessa a este Conselho de Ética saber se houve algum tipo de participação ou vinculação que venha a quebrar o decoro por parte do Deputado Andre Vargas. Qualquer outro tipo de relacionamento diz respeito a processos que não têm nenhuma relação com o trabalho deste Conselho de Ética. Mas se é para análise, para poder chegar a algum termo, a algum conjunto de observações, então acho que todo mundo está ali para fazer a indagação. Porém, eu entendo que a testemunha está aqui é para responder sobre o que diz respeito à conduta do Deputado Andre Vargas.

Eu queria saber, em primeiro lugar, da nossa testemunha, da qualidade desse laboratório Labogen: o endereço dele, onde ele fica e a qualidade, se era possível



mandar para este Conselho de Ética, porque algumas pessoas têm levantado até a hipótese de que esse laboratório é fictício. Então, para uma demanda dessa natureza, uma competição num ponto de mercado na área de saúde pública no Brasil, a primeira pergunta é: poderia descrever para nós o nível da qualidade técnica desse laboratório?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, agradeço a oportunidade. Na verdade, um dos questionamentos da compra do passivo... O nome da empresa é Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia. Ela está instalada na Rua Frederico Magnusson, 247, Distrito Industrial, Indaiatuba, São Paulo. É uma empresa que está em atividade desde 1995. Nesses 25, 26 anos de atividade, ela foi a pioneira nas Américas no desenvolvimento dos antirretrovirais dos produtos relacionados à AIDS, dos quais forneceu para todos os laboratórios — todos, sem exceção —, para todos os laboratórios oficiais e privados deste País. Tem um grau técnico e profissional elevadíssimo e reconhecido pelo mercado; foi feita uma nova planta, um novo projeto, com tecnologia alemã, que não agride o meio ambiente, tanto nas questões ambientais quanto regulatórias. Estamos só finalizando a obtenção de uma revisão do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, mas a fábrica está operacional, está fabricando. Convido aqui a Mesa, ou qualquer Deputado que tenha a bondade, ou que queira fazer uma visita técnica, que foi feita por todos os laboratórios, pelo Ministério da Saúde, pelo Instituto FIOCRUZ, por uma série de laboratórios, vendo a nossa capacitação técnica e de qualidade. Nesses 25 anos, nunca, nunca, teve nenhum tipo de registro perante a ANVISA, que é o órgão regulador do setor.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Muito bem. V.Sa. acaba de entrar no ponto em que eu ia fazer a segunda pergunta. Nesse histórico das atividades da empresa LABOGEN, os tipos de contratos públicos que V.Sa. firmou, ou atualmente ou no momento em que a empresa era de propriedade de outras pessoas... Foi cumprido rigidamente tudo que diz respeito à legislação brasileira, aos preceitos da ANVISA? V.Sa. já citou a FIOCRUZ, o próprio Ministério da Saúde. Isso foi cumprido à risca — todos os preceitos legais — para poder entrar nesse mercado?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Cem por cento, Deputado. Tudo isso tem comprovação documental, que estou levando no questionamento penal, exatamente



o motivo pelo qual estou aqui depondo hoje. Todas as outras pessoas da operação ainda estão no cárcere, em Curitiba. Tive oportunidade, estou tendo, de concluir o meu trabalho de construção e execução de um projeto que é para o bem da saúde do País. Nós estamos falando hoje das licenças e prerrogativas da LABOGEN. Hoje, existem entre cinco ou seis empresas dessas em atividade no País.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Durante todo o período de atividade da empresa, chegou a receber algum tipo de ressalva, digamos assim, de uma ação de um órgão fiscalizador, colocando algum tipo de preocupação na atividade da empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca. Muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nunca recebeu nenhum tipo de punição?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca. Tanto a ANVISA quanto — são, na verdade, onze licenças — IBAMA, CETESB, Polícia Federal, Civil...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Tem alguma certificação tipo ISO ou coisa do tipo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - A certificação no setor farmacêutico chama-se Certificado de Boas Práticas de Fabricação — CBPF.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - E a empresa detém esse tipo de certificação?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ela detém. Estamos pedindo uma revalidação. Foi feita a inspeção. Fomos inspecionados agora em fevereiro de 2014. Passamos por essa análise com louvor, sem nenhum tipo de... É satisfatório o posicionamento técnico e fabril da empresa. Voltando às questões que a empresa é de fachada, que a empresa não existe, de que, na verdade, foi criada em virtude desse fato, dessa operação... Eu trouxe aqui os documentos. Hoje, eu estou apto e pronto, operacionalmente, para fabricar e entregar o citrato de sildenafila, que foi o contrato em questão.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Esses documentos ficarão de posse deste Conselho?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Inclusive, fiz uma notificação, ontem, para a Marinha e para o Ministério da Saúde, informando da publicação. No meio



dessa história toda, saiu o nosso alvará de funcionamento, a publicação da nossa licença na ANVISA.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - É possível anexar imagens da fábrica ao relatório e tudo mais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, posso providenciar, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Gostaria.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Além de fotos e documentações pertinentes ao operacional da empresa, volto a reiterar o convite para quem quiser...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - O.k. Vamos agora para os contratos. Contratos públicos firmados desde a origem da empresa até agora. V.Sa. pode dizer, em número, quantos são? Contratos públicos.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Públicos foram inúmeros. A empresa tinha uma saúde financeira invejável até 2002, 2003. Volto a reiterar que ela forneceu para todos os laboratórios oficiais, todos, sem exceção, para todos os laboratórios privados do País. Hoje, temos registro de 27 produtos e moléculas de insumos farmacêuticos ativos constantes no *site* da ANVISA. Na verdade, esse é o nosso maior legado intangível: a marca e o nome da empresa. Os nobres Deputados perguntam por que comprei uma empresa com um passivo tão grande. Você tem tecnologia industrial, você tem tecnologia de fabricação, uma série de coisas envolvidas. Isso é segredo industrial, do qual me utilizei.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Dentro dos contratos públicos, no Governo Federal, nós temos Ministério da Saúde. V.Sa. falou da Marinha do Brasil também.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. FIOCRUZ, LAFEPE, FUNED, NUPLAM, FURP, em São Paulo; LAFERGS, no Rio Grande do Sul; IQUEGO.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nós temos também entes municipais e estaduais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Estaduais e federais, só, Deputado; municipais não.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Estaduais e federais. Nenhum municipal?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não tem nenhum municipal.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Quais Estados chegaram a firmar contrato com a empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Todos os laboratórios oficiais, sem exceção.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sem exceção?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sem exceção.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Essa relação está disposta?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Está disposta e posso entregar a qualquer momento.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu gostaria.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Do passado...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, eu estou perguntando a história da empresa, atemporal.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posso só...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Para eu não perder a sequência, se não tenho medo de perder a sequência aqui. Vamos agora para a qualidade desses contratos.

No início da fala de V.Sa., quanto ao serviço prestado, à qualidade do laboratório e à entrega — faço uma pergunta porque isso precisa ir... —, em algum momento V.Sa. se sente responsável por ter feito algum contrato irresponsável com o Erário público brasileiro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De forma alguma.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - V.Sa. admite que todos os contratos firmados até o presente momento estão sob a ordem legal e a necessidade de se construir uma saúde pública de qualidade no Brasil?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Em algum desses contratos é possível encontrar alguma coisa que venha a dizer que entregou, vamos usar o ditado popular, gato por lebre?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - De forma alguma. Inclusive, tenho documento, que vou deixar com a Mesa, um ofício do Ministério da Saúde, no qual, logo no ocorrido do fato, o Secretário Carlos Gadelha abriu uma sindicância para apurar especificamente esse processo do citrato de sildenafila. Essa sindicância foi concluída sexta-feira passada. Para minha surpresa, fiquei sabendo através da imprensa a conclusão dessa sindicância, pela qual não há nenhuma irregularidade, nenhuma, tanto técnica quanto de capacidade produtiva da empresa. A Marinha reitera seu interesse na fabricação desse item, porém, substituindo a LABOGEN como fabricante do insumo farmacêutico ativo nacional. É prerrogativa básica para se ter uma PDP ter uma farmoquímica.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - O início das atividades da empresa — me fugiu a data — é 1995 ou 2005?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - 1995.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - A empresa nasce em 1995?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Ela opera em 1995.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Ela opera em 1995.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ela nasce em 1987.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Ela nasce em 1987.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Uma larga experiência, então, no mercado nacional.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Muito.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Pois muito bem, se a empresa, então, não é fantasma, ela existe, se o laboratório tem uma tecnologia de que o País não dispunha até então...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - ... se V.Sa. afirma que todos os órgãos da fiscalização acompanham *pari passu* as atividades da empresa...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito. Inclusive, nesses últimos 90 dias, eu recebi todos eles, sem exceção, fazendo inspeções técnicas em virtude de (*ininteligível*).



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Então, atividades outras que envolvem V.Sa. e os problemas que o envolvem com a Justiça não nos interessam. Então, vamos para o ponto que de fato é prerrogativa deste Conselho de Ética.

O que V.Sa. e essa empresa têm a ver com o Deputado Andre Vargas? Por que o nome dele está citado aqui?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, foi colocado um bom projeto para a saúde pública do País de forma clara. Haveria poucos laboratórios para fazer o desenvolvimento para trazer uma economia de escala para a população brasileira, perfeito, onde ou se aumentaria o consumo do medicamento e/ou se financiariam outros projetos. É isso basicamente. Eu o procurei com esse intuito, e, dentro disso, ele analisou. Conversamos, mostrei a ele, e encaminhou naturalmente como qualquer outra empresa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Vou repetir a pergunta, que já foi feita, mas é bom, porque isso vai na linha dos esclarecimentos que me obrigam a estar aqui também neste Conselho. Em algum momento, V.Sa. ou a empresa firmou algum tipo de contrato financeiro com o Deputado Andre Vargas para prestar serviço, digamos assim, de buscar entendimento para os negócios da empresa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De forma alguma. Nunca.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nunca teve o Deputado como uma espécie de agente de negócios da empresa de V.Sa.?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - De forma alguma.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - O que é dito aqui põe a mão sobre a Bíblia?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu concedo um aparte ao Deputado Izalci, Sr. Presidente, e continuo na sequência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Acho que precisa ficar muito claro aqui, porque parece que a coisa está tomando outro rumo. Eu acabei, inclusive, de tomar conhecimento aqui de uma denúncia de que existe contrato da LABOGEN com os Governos tucanos, em São Paulo, desde 1999. E é verdade mesmo!

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É verdade.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Agora, eu pergunto se, na época em que foi feito aqui, 1999, 2000, 2001 e 2002, no Governo de São Paulo, V.Sa. estava à frente da LABOGEN? Lógico que não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Lógico que não.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - V.Sa. comprou depois que a Labogen quebrou.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, mas o ponto é o que o Deputado...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tudo que está sendo falado aqui, na prática, dessa forma de vender para o Governo, tudo foi feito lá atrás. Só que chegou um momento em que a empresa quebrou, faliu, 54 milhões de dívidas, e V.Sa. compra. A partir daí, não teve mais venda.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nobre Deputado, eu vou fazer só uma pergunta...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, para V.Sa. responder. Após a entrada de V.Sa., não teve mais contrato com o serviço público, ou teve? V.Sa. assinou algum contrato, como dono da empresa, com qualquer empresa pública?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. O questionamento, eu vou responder para o Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu perguntei se V.Sa., quando assumiu a empresa, como Presidente da empresa...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... nesse período em que V.Sa. era Presidente, assinou algum contrato de empresa pública ou com Governo, qualquer que seja o Governo, do PSDB, do PT ou de qualquer Governo. Sim ou não?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - O.k. Vou responder para o Deputado.

Não, porém, o que o nobre Deputado está querendo elucidar, porque a empresa não é empresa de fachada, a empresa tem tecnologia industrial.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tinha.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu não sei se o Deputado tem conhecimento de quanto custa a tecnologia industrial de um medicamento, o desenvolvimento de uma pesquisa. Garanto-lhe, com certeza absoluta, que 54 milhões de dólares não é nada. O que a empresa tem...



O SR. DEPUTADO IZALCI - Se fosse alguma coisa, V.Sa. teria pago por alguma coisa. V.Sa. assumiu a empresa sem pagar um centavo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Pelo passivo, pelo passivo. Eu teria que reconstituir a empresa. E essa tecnologia só tem valorização quando? Quando a empresa está operacional. Foi o motivo pelo qual fizemos esse projeto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou repetir para V.Sa. essa questão, que é muito importante, para ficar muito claro isso, porque o Deputado Sibá Machado tenta misturar as épocas, o período da Labogen quando realmente vendia medicamentos para essas instituições, que está aqui (*ininteligível.*)

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Insumos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aqui: *“Vendeu diretamente para a Fundação para o Remédio Popular — FURP...”*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Todas do Brasil.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Todas, sem exceção.

O SR. DEPUTADO IZALCI - *“Antes de V.Sa. assumir a empresa.”*

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A partir daquele momento, V.Sa. passou inclusive a prestar serviço — talvez, V.Sa. tenha experiência nisso — na questão de câmbio. V.Sa. prestou...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Eu vou me resguardar, não vou responder para o Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, tudo bem. Mas eu só estou aqui para as pessoas entenderem, só para as pessoas entenderem. Essa empresa, Labogen, a partir da Presidência de V.Sa., deixou as atividades que vinha fazendo, porque não assinou mais nenhum contrato, e passou realmente a conduzir a empresa que estava paralisada — inclusive o Sr. Esdra disse que era um monte de papel, que não funcionava só no papel —, passou a trabalhar com importação/exportação/câmbio. Inclusive o Waldomiro, que é sócio da MO, não só da MO, mas de outras empresas, inclusive da RCI, utilizava a empresa, porque ela não era uma empresa de importação/exportação/câmbio, então pedia a V.Sa. para



que o fizesse através da LABOGEN, porque a LABOGEN tinha a Piroquímica também.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu gostaria de recuperar o meu direito de fala, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, é só para registrar, para não confundir as coisas. O.k., Sr. Presidente, estando inscrito, depois que o Deputado Sibá terminar, eu continuo a minha...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu me inscrevo novamente. Eu volto a dizer que estou num Conselho de Ética, não estou numa Delegacia de Polícia...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, sim, mas não pode tentar...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - ... e muito menos numa CPI. Não, para a gente não misturar os assuntos, mesmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, não tem que entrar nisso, Sibá.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - É exatamente por isso, para não misturar os assuntos, mesmo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Deputado, eu me guardo o direito de não responder.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Tá. Eu estou falando da história de uma empresa atemporal, para saber se essa empresa, em primeiro lugar, existe; em segundo lugar, qual é a qualidade técnica dela; em terceiro lugar, se firmou qualquer tipo de parceria pública em qualquer ente da Federação; e, dentro disso, se houve algum ilícito. Ponto final. E, por fim, qual é a participação do Deputado Andre Vargas em algumas dessas atividades? É isso que interessa a este Conselho. Qualquer outra coisa já vai noutra linha, mesmo! E é por isso que a gente precisa tomar cuidado. Então, eu quero voltar, Sr. Presidente. Eu só concedi um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu chequei a anotação aqui, e V.Exa. já ultrapassou os 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, mas todos aqui tiveram a palavra a livre, com direito de interpelar, de pedir de novo, de fazer o que quiserem, e nós ficamos quietos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, eu não estou discutindo isso.



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, mas eu gostaria que fosse tratamento isonômico, senão eu vou ter que interromper cada vez que alguém exceder também. O relógio não foi ligado. Alguns Deputados interpelaram na hora que bem quiseram, e eu gostaria de ter o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, a Presidência está falando, gostaria que V.Exa. ouvisse, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pela ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Apenas para consignar, Sr. Presidente, que vou reiterar algo que eu disse na minha fala anterior: nós não estamos investigando aqui conduta criminal e nem patrimônio de empresa. O que nós estamos aqui buscando saber é se houve tráfico de influência, se houve mediação de negócio por Parlamentar com investidora nesta Casa, porque, penso, Sr. Presidente, ser incompatível com o decoro mediar negócios. E é preciso saber se houve mediação de negócios. Isso. Saber se a empresa tem lastro econômico ou não é indiferente para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, porque nós não estamos investigando patrimônio. Ou será que, se a empresa tiver patrimônio, pode fazer o tráfico de influência, pode fazer a mediação de negócios?

Sr. Presidente, então, eu faço essa questão de ordem apenas para a gente tentar centrar naquilo que realmente interessa ao Conselho de Ética, que é analisar a quebra de decoro por Parlamentar desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Entendo, Deputado Marcos Rogério. Apenas entendo que as pessoas, os Conselheiros, têm a curiosidade de saber como o patrimônio chegou a isso aí, se antes ou depois do contato com o Deputado Andre Vargas.

Portanto, Deputado Sibá Machado, V.Exa. tem 2 minutos para concluir a sua fala.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu já faço a consulta a V.Exa. se vai ter réplica, porque, se tiver, eu já quero a minha inscrição também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. tem direito. Todos que já falaram aqui, se quiserem falar, é só se reinscreverem. Agora, eu quero segurar o tempo, para que todos tenham direito de fazer...



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não, mas é disso que eu estou reclamando, Presidente! Meu tempo está sendo cortado, quando todos falaram livremente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, V.Exa., preste atenção.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu não fiz nenhuma ressalva, não fiz nenhuma... porque é o tempo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, Deputado, quero dizer o seguinte: assumi a Presidência e estou querendo colocar o tempo em dia. Estou querendo colocar o tempo em dia. Portanto, V.Exa. já ultrapassou... Fui informado de que o Deputado Izalci ultrapassou o tempo, e não é justo que o Deputado Izalci o ultrapasse e V.Exa. não. Então, V.Exa. tem 2 minutos para concluir o seu raciocínio.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sim. Muito bem. Perfeito. Voltando a este Conselho de Ética, que é objeto do nosso trabalho.

A amizade de V.Sa. com o Deputado Andre Vargas é de quanto tempo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nenhuma amizade?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Amizade, nenhuma.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não tem relação nenhuma com ele?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Amizade, não.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nunca V.Sa. subiu os andares do Ministério da Saúde ao lado do Deputado para qualquer tipo de tratamento?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Nunca?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Nunca.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Em nenhum outro lugar, público ou privado?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Público, sim. Aqui nesta Casa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Aqui, nesta Casa.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim. Nas vezes em que eu estive com ele, estive aqui no gabinete dele, da Vice-Presidência.



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Muito bem. Nas condições em que nós estamos tratando aqui, o que mais nos interessa neste momento é que V.Sa. contribua com este Conselho ao máximo, no sentido de que a gente possa extrair qualquer relacionamento da pessoa do Deputado com V.Sa. e os negócios da empresa. Então, se a empresa está quebrada, digamos assim, e o medo dos sócios que se afugentaram de perto de V.Sa., os negócios da empresa estão à beira da falência? Os negócios da empresa estão mantidos independentemente dos resultados? E, a partir deste momento que a situação toda está sendo colocada, se a empresa está em vias de venda, de fechamento, de encerramento das suas atividades. Comentários sobre isso.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É óbvio que toda essa exposição me causou problemas e causas irreversíveis. Estou passando por dificuldade financeira, porém, as atividades estão contínuas. Quando eu digo abandono, estou colocando de uma forma que eu sou o lado mais fraco da história, e, dentro disso, a todo sonho, todo projeto que foi instaurado e foi concluído, eu vou dar sequência. E estou tendo dificuldade no relacionamento com os meus clientes, fornecedores, obviamente, e os advogados já estão tomando as medidas cabíveis para a gente poder se ressarcir moral, cível e criminalmente de todo esse fato em relação à empresa de fachada, a essa história toda, porque isso, na verdade, o lado pessoal, principalmente o nome da empresa, como o Deputado colocou, as questões relacionadas a negócio, é o Diretor Leonardo. É uma história. A empresa, em si, são coisas distintas: a parte técnica, a parte de fabricação, tem funcionários, tem pessoas que dependem. E, dentro disso, estou tendo dificuldades, sim, porém, não vou desistir desse processo. E a minha maior prova para tudo isso daqui, de estar aqui depondo hoje, de estar à disposição de vocês a qualquer momento, é exatamente... e reitero o convite para a visita, a qualquer tempo. É só nos agendar com antecedência, para uma parte técnica, para fazer uma visita nas instalações da empresa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Muito bem. Satisfeito, Presidente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Izalci, quer fazer....



O SR. DEPUTADO IZALCI - Só dentro dessa mesma linha, não vou entrar na questão fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado, V.Exa. já usou o seu tempo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Há os outros Deputados.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, se tiver alguém inscrito, pode falar. Eu só quero falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu vou conceder a V.Exa. um minuto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. não tinha essa relação próxima com o Deputado Andre Vargas, mas V.Exa. disse que inclusive esteve aqui na Casa com ele algumas vezes. Quando V.Exa. foi procurar o Deputado Andre Vargas, a pedido do Youssef, V.Exa. chegou para o Andre Vargas e disse o quê? *“Olha, eu estou aqui...”* V.Exa. já sabia que ele era o interlocutor do Ministério, através do Youssef?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou, quando o Youssef passou para V.Sa. falar com ele, ele disse o quê? *“Pode procurar o Deputado Andre, que ele é que está resolvendo, ele que vai ajudar, ele é que está...”*. O que ele disse?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, é assim, como disse no início: o contato com o Youssef, do Andre, a amizade entre eles, aí teve uma proposição, apresentei o projeto, não foi aqui na Casa... essa interlocução não foi aqui, foi em São Paulo numa ocasião. Tem um projeto de uma empresa, assim, de 25 anos, que já fabricou, já entregou, já forneceu para o Governo, e todo o histórico da empresa, e do qual onde eu expus...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas estava condicionada... a entrada Youssef estava condicionada ao sucesso dessa operação no Ministério?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para entrar de sociedade?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não, de forma alguma. Está atrelado ao sucesso do projeto como um todo, não específico do Ministério da Saúde. Não



necessariamente precisa ser PDP. Eu posso vender para laboratório público, tem 'n' formas de participar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quer dizer, então, aí V.Sa. é que pediu para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu peço a V.Exa. que encerre aí. Se V.Exa. quiser, inscreva-se.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, mas não foram 5 minutos, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Mas tem outros Deputados que estão inscritos também.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas foram 5 minutos aí? Então, me inscreva, eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, V.Exa. já falou mais de dez. (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu posso...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. pode. Agora se inscreva, Deputado, porque tem outros Deputados inscritos que querem falar também.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu até passei para outro Deputado, se tivesse alguém inscrito. Eu achei que não tinha ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Tem, mas tem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tudo bem. Eu posso ser o último. Eu estou aqui por conta disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, mas tem. Inclusive este Deputado que vos fala.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, o.k. É o maior prazer ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Bom, V.Exa. encerrou. Eu peço ao Deputado Marcos Rogério que fique aqui na Presidência, porque eu quero fazer algumas perguntas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Dando sequência aos trabalhos deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o próximo Deputado inscrito para os seus questionamentos é o nobre Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidente em exercício, Deputado Marcos Rogério, garanto que não tomarei os 10 minutos.



Apenas algumas coisas que estão me deixando um pouco curioso, na verdade. É óbvio que nós temos que separar desse depoimento, Sr. Leonardo Meirelles, o antes e o depois do Deputado Andre Vargas, porque o que interessa a esta Casa, a este Conselho, é se houve ou não quebra de decoro por conta do Deputado Andre Vargas. Então, tem uma data de quando o Deputado Andre Vargas entrou, daí para frente e daí para trás. O que tem para trás não interessa para nós, mas há algumas coisas que podem ser importantes nós sabermos, embora possa não interessar ao processo, mas algumas coisas são importantes que nós saibamos. Então, a data, o senhor tem a data onde iniciou o Deputado Andre Vargas, que é o divisor de águas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade, eu não tenho o divisor de águas de o Deputado ter entrado ou não ter entrado no processo. Na verdade, o projeto de construção da fábrica, de participação das PDPs...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Na realidade, V.Sa. colocou (*ininteligível*) quando apareceu o Deputado Andre Vargas no processo.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, perfeito. Ok.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Quando foi apresentada, essa é a data...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Ok, perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois não.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Isso por volta de fevereiro ou março, um ano atrás, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Fevereiro de 2013.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pronto, fevereiro de 2013.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aproximadamente, né, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Como?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Aproximadamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Aproximadamente. Claro, claro, é possível. Então, um para trás, veja bem... V.Exa. é paulista, né?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Viveu sempre em São Paulo, na cidade de São Paulo?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - São Paulo, capital.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E morava em que bairro?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Zona Norte de Santana.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Santana. Santana é um bairro de classe média alta, média baixa?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Média, média.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Média. V.Exa. deve ter vindo de uma família abastada, né?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Vim de origem humilde.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Humilde?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Muito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Porque V.Exa. adquiriu uma empresa com um passivo de 54 milhões de dólares. Não são 54 reais; são 54 milhões de dólares.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vossa Excelência deve ter um cadastro muito bom. V.Exa. já tirou...?

O HAROLDO CÉSAR NATER - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, o advogado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - O advogado pede a palavra pela ordem. Qual é a questão de ordem?

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Excelência, nós já tínhamos claro que o nosso intuito aqui é esclarecer os fatos relativos ao objeto desta Comissão. A vida pregressa do depoente efetivamente não tem relação com o objeto dessa análise, motivo pelo qual, se nós formos conduzir esse feito nessa linha de arguição, o cliente não vai mais responder a nenhum dos questionamentos que forem apresentados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Dr. Haroldo, eu não fiz nenhuma pergunta. Eu fiz um questionamento...



O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - O senhor está conduzindo. É pergunta? No meu dicionário, pergunta é a mesma coisa que questionamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu não fiz pergunta nenhuma. Estou fazendo uma contestação. V.Sa. deve ser... ou veio de família abastada. V.Exa. não tirou na loteria, pelo que eu saiba, não tirou na loteria. Adquiriu uma empresa de 54 milhões de dólares, embora a tenha adquirido pelo passivo, lógico, assumiu, tinha que ter um lastro para isso, ou, então, os donos queriam se ver livres e V.Exa. entrou como laranja. Não tem outra explicação. Não estou perguntando nada. Estou dizendo uma constatação clara e evidente. Ninguém vai passar uma empresa com um passivo de 54 milhões que tem uma (*ininteligível*), pelo que estou vendo, muito boa, as coisas de graça assim, a não ser que queira se ver livre do problema.

Então, se V.Exa. não veio de uma família abastada, V.Exa. não tirou na loteria, V.Exa. vem de uma família humilde, para entrar num projeto desses desse valor, tem que ter alguma explicação. É essa explicação que eu queria que V.Exa. me colocasse.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Deputado, eu me guardo o direito de não responder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. tem todo o direito. A Constituição lhe dá o direito disso, mas eu, por exemplo, vou ficar curioso, porque, na verdade, é uma coisa que chama a atenção, e podem algumas pessoas querer seguir esse caminho de ficar rico rapidamente. V.Exa. tem 40 anos?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Trinta e nove.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Trinta e nove anos, pois é. Com 39 anos, realmente, você é um homem de sorte, de muita sorte.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Agradeço, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Parabéns pela sorte de V.Sa.! Bom, ficou claro aí, pelo que eu vi, que o Deputado Andre Vargas entrou num determinado momento em que V.Exa. já tinha feito todas essas operações e alguém... Já que V.Exa. não responde, a imaginação das pessoas pode ir longe. Ninguém pode proibir nem o advogado, Dr. Haroldo César, pode interferir no meu pensamento, na minha imaginação. Ninguém pode. Já que V.Exa. não respondeu,



eu posso pensar milhões de coisas. Já que V.Exa. não tirou na loteria e não veio de uma família rica, então, tem que ter alguém por trás. Não tem explicação isso aí. O pote de ouro não aparece de repente na frente de ninguém.

Eu tenho mais de 60 anos, trabalho a vida inteira e não consegui fazer um terço do que V.Sa. fez com menos de 40 anos. Então, V.Sa. realmente é um homem de muita sorte, muita sorte, e está com um empreendimento na mão com todo esse cabedal técnico, não era do ramo, nunca foi do ramo, chamou um frentista que abastecia seu carro. V.Exa. deve ter muita simpatia por esse frentista, muita simpatia mesmo, porque é um frentista que não é do seu nível, não estudava na faculdade como V.Sa., e V.Sa. o chama para ser seu sócio. Então, são dados curiosos que nos deixam realmente muito curiosos sobre o que está acontecendo. Eu fico abismado com isso que aconteceu. E V.Exa., com tudo isso, ainda conseguiu chegar ao Deputado Andre Vargas. Lógico, eu acho que o Deputado Andre Vargas se impressionou com o projeto, não tenho dúvida disso. É um projeto para servir ao Brasil, já que tinha como parceiro a Marinha, tudo isso. Eu não recrimino, de forma alguma, o Deputado Andre Vargas pelo que fez. Nesse caso, não, porque se aparecesse no meu Estado uma empresa que quisesse ficar no meu Estado, que fosse construir, recolher impostos, tudo isso, eu logicamente, dentro do possível, dentro do possível, ajudaria, desde que não me compromettesse. Eu ajudaria.

Então, eu vou ficar... Já vi o Deputado Marcos Rogério querendo cercear o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não, nobre Deputado, é só para informar aos Deputados que nós estamos na fase de instrução e de coleta de depoimentos, e o Regimento diz que, nessa fase, no inciso V do artigo 12: *“Serão concedidos a cada membro do Conselho o prazo de até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas e o tempo de máximo de 3 minutos para réplica”*. Então, apenas para que não haja prejuízo às partes, quero informar o que V.Exa. já conhece muito bem, porque foi um dos que ajudou a elaborar essa norma de regência interna.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Já cheguei aos 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. ainda dispõe de 2 minutos. Com a intervenção que fiz, vou acrescentar 1 minuto a mais para V.Exa.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. vai ter economia processual minha desses 2 minutos. Eu encerro neste instante as minhas perguntas, continuando com a minha curiosidade aguçada, porque eu não consegui realmente chegar aonde o Sr. Leonardo Meirelles chegou em tão pouco tempo de vida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Considerando que não há mais inscritos — o Relator fala por último — e como o Regimento assegura a réplica aos Parlamentares inscritos para falar no tempo máximo de 3 minutos, então, dentro dos estritos termos do Regimento Interno, indago aos membros do Plenário se há alguém...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Izalci, para a tréplica, 3 minutos mais.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu já fiz a pergunta, ele estava respondendo e houve aquela confusão, e ele não respondeu o que eu tinha perguntado. V.Sa. lembra ainda aquela questão do...?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Desculpe, não me recordo, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quando eu perguntei que V.Sa. foi indicado para falar com o Deputado Andre Vargas pelo Youssef.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele foi o canal. Quando ele pediu que V.Sa. procurasse o Deputado Andre Vargas, lá em São Paulo ou em outro lugar, o que é que ele disse para V.Sa.: *“Olha, o Deputado Andre Vargas é que está cuidando desse caso, ele é que pode ajudar, ele é que está fazendo isso”*? O que é que ele disse para que V.Sa. conversasse com o Deputado Andre Vargas?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Só disse que eu apresentasse o projeto que fosse de interesse da saúde pública do Brasil. Ponto. Só isso. Eu apresentei e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Izalci, eu queria pedir a V.Exa. para dar... Tem outra testemunha que está à espera, tem outra testemunha. *(Risos.)* Nós estamos esgotando. Vamos ver se tem algum outro felizardo. Então, concluindo já...



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu quero concluir, Sr. Presidente. Eu quero concluir. Ah, o Sibá ainda vai falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Quem está falando, aí? Ah, o Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Agradecendo, já de antemão, ao Sr. Leonardo por toda a contribuição dada a este Conselho, eu gostaria de fazer três perguntas finais. Pelo tamanho atual da empresa que V.Sa. (*ininteligível*), suscitou-me uma dúvida, que talvez possa ser suscitada: vocês não fazem venda direta de medicamentos, fazem?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor diz aí "*nós produzimos insumos para a questão do remédio da AIDS...*", é isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Insumo farmacêutico ativo. Insumo, não medicamento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não medicamento. Então, não existe nenhum medicamento com o carimbo LABOGEN?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não. Só o registro da matéria prima, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O registro da matéria prima? Qual é a atividade da LABOGEN hoje? É isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É uma indústria farmoquímica, que produz insumos farmacêuticos ativos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para esses contratos que V.Sa. disse aí, quando foram adquiridas as tais licenças, que V.Sa. disse bem, que teriam sido liberadas pelos órgãos públicos? Quais as datas dessas licenças?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - As licenças do início ou atualmente?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Atualmente.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Atualmente, eu tenho como deixar com o Deputado o *Diário Oficial*, todo o procedimento. Tem um cronograma, inclusive, que foi entregue no Ministério da Saúde, onde tem todos os passos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque a minha dúvida é justamente isto: se está tudo bem, aí eu faço essa pergunta a V.Sa...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... se vinham funcionando em um projeto que iria fazer essa dinâmica dos medicamentos, dos insumos de medicamentos para a indústria farmacêutica brasileira. Não foi isso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - PDP. Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Foi a fala de V.Sa.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vocês foram..., porque derivou o Ministério da Marinha, mas eu quero perguntar do contrato previamente assinado, porque aqui o senhor disse que no final, no início deste ano, foi o único momento que V.Sa. esteve com o Sr. Carlos Gadelha e com o Ministro...

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não, não, não. Eu estou com um ofício aqui. Quando houve a publicação de todos esses fatos, exatamente no dia 26 de março de 2014 — estou aqui com o ofício do Ministério da Saúde que o Sr. Carlos Augusto Gadelha assina —, e, tendo em vista a Portaria GM/MS 447, de 25/03, que designou *“Comissão de Investigação Preliminar para avaliação da regularidade do procedimento administrativo de celebração da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo firmado entre o Ministério da Saúde e o Laboratório Farmacêutico da Marinha, para o fornecimento do medicamento citrato de sildenafil”*, suspenso a partir da data de 26 de março, a parceria firmada entre os laboratórios e o Ministério da Saúde, até que sejam concluídos os trabalhos e avaliado o relatório final, a ser emitido por essa Comissão supracitada.

Isso daqui ocorreu após.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas o senhor disse no começo que o senhor esteve uma única vez com o Sr. Eduardo Jorge para as tratativas e uma única vez com o Sr. Gadelha e o Sr. Alexandre Padilha para a assinatura.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Se está tudo ótimo, tudo bem, por que o contrato foi suspenso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não foi suspenso, só foi criada essa comissão e essa comissão chegou a um veredito semana passada...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Que está tudo limpo?



O SR. LEONARDO MEIRELLES - Que está tudo certo, que todo o procedimento da PDP, do início ao fim, da parte técnica, da parte fabril, do questionamento à fábrica, da inspeção técnica da ANVISA, está tudo satisfatório.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então se o Ministério quiser ele pode celebrar o convênio com V.Sa.?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Primeiro, o Ministério da Saúde não faz convênio com os laboratórios privados; ele faz com os laboratórios oficiais, os quais fazem contratos com os laboratórios que vão transferir a tecnologia dentro do processo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No qual está a EMS?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - No qual está a EMS, no qual está a Labogen, como fabricante do IFA (Insumos Farmacêuticos Ativos). Dentro disso, respondendo ao Deputado, estamos aptos, sim, a entregar o citrato de sildenafila em qualquer momento que eles indiquem e inclusive a acompanhar a fabricação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas o citrato de sildenafila é com a Marinha?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Marinha e Ministério da Saúde. O cliente final é sempre o Ministério da Saúde. Sempre. Sempre. Nunca eu tive relação direta com o Ministério da Saúde.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só com o Sr. Eduardo Jorge?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Da parte técnica.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Conforme disse.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim, é. Isso tem um cronograma que é... No projeto executivo consta a parte do laboratório farmoquímico e do laboratório farmacêutico, no caso da EMS, as etapas de transferência de tecnologia desse projeto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a folha de pagamento da Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não é folha de pagamento. A gente tem que colocar como custo fixo porque você tem colaboradores, você tem químicos, você tem uma série de pessoas envolvidas dentro do processo, inclusive de pesquisa e desenvolvimento. Algo em torno hoje de 200 a 220 mil reais mensais.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Este não é o número que a gente tem.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Os 28 mil reais que foram publicados pela mídia são completamente...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Duzentos mil reais. Só de pró-labore eu já vi que passou porque no começo o senhor falou que recebe 26, o outro 12 e o seu irmão 8, já passa para 46. Então não dá para ser o valor anunciado.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Tem funcionários, tem uma série de coisas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quantos funcionários tem a Labogen?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Atualmente temos 18 funcionários.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Dezoito funcionários.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Hoje, atualmente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para produzir isso tudo e nesse programa belíssimo que V.Sa. destacou que está sendo desenvolvido?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Na verdade é assim... Acho que o Deputado não teve acesso ao projeto executivo. A nossa planta é uma planta multipropósito, multifuncional, na qual 91 quilos de citrato de sildenafil são produzidos em 10 dias do ano — específico desse contrato.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem fez a intermediação ou o contrato de vocês com uma empresa — a EMS — que tem um faturamento de 5,8 bilhões, uma empresa que tem um faturamento igual ao que o senhor disse, com uma folha de pagamento na ordem de 200 mil reais?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - É simples. Sem a farmoquímica não há PDP.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vocês têm hoje 18 funcionários?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu vou ler um trecho do depoimento da Justiça Federal que eu adquiri ontem. Se o digníssimo Dr. Saliba não teve conhecimento, eu tive ontem, eu quero que V.Sa. só me responda a respeito.



“O laboratório tem oficialmente 24 funcionários. Na semana passada, apenas três davam expediente. Os outros, por causa das prisões e dos salários atrasados, haviam abandonado o emprego. Se não produziam um mísero medicamento, a sede da Labogen era palco de movimentação frenética. 'Era um entra e sai de carro importado, Mercedes, BMW, Land Rover. Eles viviam em reuniões fechadas. De vez em quando chegavam umas bolsas cheias de dinheiro, bolos imensos de notas que eles usavam para pagar a reforma do laboratório. A carteira do Sr. Leonardo dava medo de ver, era tão grossa, com tanto dinheiro que não cabia no bolso' — diz um funcionário da Labogen.”

O que o senhor tem a dizer a respeito disso?

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Não vou responder à pergunta do Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Muito obrigado.

O SR. LEONARDO MEIRELLES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não tendo mais nenhuma pergunta a ser feita, encerro essa parte com o Sr. Leonardo Meirelles.

Chamo a segunda testemunha. (*Pausa prolongada.*)

Convido para tomar assento nesta Mesa o Sr. Esdra Ferreira.

Registro também a presença do advogado da testemunha, o Dr. Haroldo César Nater, que é o mesmo da testemunha anterior.

Para atender as formalidades legais, será firmado pela testemunha Termo de Compromisso de cujo teor eu faço a leitura.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Excelência, pela ordem novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O mesmo caso?

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - O mesmo caso.

Eu queria acrescentar um fato que é bastante relevante. É que o depoente só vai responder aos questionamentos que tiverem relação exclusiva com a análise da Comissão de Ética. Dados referentes à empresa, ao passado dele, se ele era



frentista, se ele era pipoqueiro, o que ele era, parece-me que não é objeto de análise deste Conselho. Pelo fato de ele estar sendo processado perante a 13ª Vara da Justiça Federal e o Supremo Tribunal Federal com fatos relacionados ao objeto desta investigação, ele vai responder única e exclusivamente a questionamentos referentes à relação dele com o Deputado Andre Vargas.

Uma questão que me parece bastante relevante e que, por não ser da minha condição fazer o questionamento ao depoente anterior, ao Dr. Leonardo Meirelles, e que não foi perguntada e que eu pensei que seria objeto de análise deste Conselho é a questão que se refere... O Deputado, de alguma forma, facilitou o trabalho da Labogen perante o Ministério? Esta pergunta não foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Foi feita, só que de forma diferente da que o nobre advogado colocou.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Eu venho acompanhando...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

Só pedi à Mesa que informe ao advogado que ele se atenha ao objeto de defesa dele, não queira ensinar ou instruir os Parlamentares a fazer seus questionamentos, que respeite o colegiado, o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Ele está aqui para acompanhar a testemunha, e não para falar pela testemunha.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Pelo objeto de defesa, eu aconselho o meu cliente a não responder a nenhum dos questionamentos que foram formulados nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - O senhor já aconselhou. Portanto, agora deixe o Sr. Esdra colocar o que tem que colocar.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor poderia nos dizer, só para registro, o seu nome todo?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Esdra de Arantes Ferreira.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a sua formação?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Tenho segundo grau técnico em Administração de Empresas e faculdade incompleta.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor não tem formação na área química farmacêutica?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a sua atividade profissional neste momento?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu sou sócio da empresa Labogen.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Desde quando? *(Pausa.)*

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Sr. Esdra, se o senhor não souber ou não quiser responder, não responda.

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Deputado, não me lembro agora, e não vou responder essa pergunta ao senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual era a sua atividade anterior?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Deputado, não vou responder ao senhor essa pergunta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a sua função na Labogen? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Vou dizer ao advogado, mais uma vez, que as perguntas formuladas ao Sr. Esdra ele responde ou não. Não cabe a V.Sa. estar aconselhando, no momento das perguntas, o seu cliente.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Eu já havia advertido o meu cliente que respondesse as perguntas que tinham relação com o objeto da investigação. Eu tenho um direito garantido, pela Constituição e pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, de fazer a defesa dele e de instruí-lo no momento que quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - De defender, sim, mas não de interferir no que ele está falando.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Não estou interferindo. Só estou dizendo para ele não responder. Não responda a mais nenhuma pergunta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, o senhor já o aconselhou.

Durante o interrogatório, V.Sa. não pode falar. De acordo com o art. 11 do Regimento do Conselho de Ética, se a testemunha se fizer acompanhar de advogado, este não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas, sendo permitido consignar protesto ao Presidente do Conselho em caso de abuso ou violação de direito.

Portanto, V.Sa., se não estiver satisfeito, por favor, faça um protesto.

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Eu vou fazer um protesto, Excelência, porque eu não estou interferindo na pergunta. Eu só estou dizendo a ele para não responder. Eu estou interferindo na resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Sa. já fez isso antes. Daqui para a frente, V.Sa. não tem o direito de fazê-lo.

Portanto, com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Podemos continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a sua relação com o Sr. Leonardo Meirelles?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu não vou responder a essa pergunta, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor pode, pelo menos, responder qual é a sua remuneração na Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual é a situação econômico-financeira da Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor conhecia, conhece ou já esteve com o Deputado Andre Vargas?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Nunca.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Conhecia, conhece ou já esteve com o Sr. Alberto Youssef?



O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A Labogen, hoje, é uma empresa que pratica qual tipo de atividade?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nessas negociações firmadas entre a Labogen e o Ministério da Saúde e o Laboratório Farmacêutico da Marinha, em alguma dessas ocasiões, o senhor esteve aqui em Brasília?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse contato todo que o senhor teve para poder fazer esses insumos farmacêuticos via uma empresa que fez contrato com a Labogen, a EMS, o senhor esteve nessas reuniões?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor sabe alguma coisa a respeito das parcerias para o desenvolvimento produtivo buscado pela empresa junto ao Ministério da Saúde?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor já esteve em Brasília outras vezes para tratar assuntos da Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor pode contar como foi a história de conhecer o Sr. Leonardo Meirelles?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem o convidou para fazer parte da Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Youssef... Quantas vezes o senhor já esteve com ele?



O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sobre a tratativa das empresas, da compra da Labogen com a Quality, GPI e Linear e o Sr. Leonardo Meirelles, o senhor participou de alguma dessas reuniões?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sabia dessas tratativas da venda da empresa?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor já ouviu falar do Sr. Matheus Oliveira dos Santos?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - João Mauro Boschiero?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor conhece o Sr. Pedro Argese?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sra. Vera Lúcia Mattos?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Maurício Beriam?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas, se eles trabalham com o senhor na Labogen, o senhor não pode, pelo menos, dizer que os conhece? Eles trabalham na Labogen. Eles trabalham na Labogen.

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas o Leonardo Meirelles já disse que eles trabalham.

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu não vou responder a essa pergunta. O senhor perguntou para ele.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu já perguntei. Ele já disse que trabalham. O senhor trabalha lá também e não os conhece?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Relator, V.Exa. está fazendo afirmações. De repente, ele não trabalha na Labogen. Então, atenha-se às perguntas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor trabalha na Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

(Risos.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor pode disponibilizar, para nós, já que está aqui como depoente, para ajudar como testemunha, os seus telefones e endereços eletrônicos?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não pode fornecer?

O senhor sabia que o Sr. Youssef utilizava as contas bancárias da Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Que utilizava a Labogen para envidar e reinstalar recursos de importação e exportação de produtos que não conhecia só para poder fazer evasão de divisas usando a Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor participa de outras empresas, como sócio, junto com o Sr. Leonardo Meirelles?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O senhor sabe que o senhor e o Alberto Youssef fizeram aporte de dinheiro para a Labogen?



O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, já que você não respondeu nada, com toda franqueza, V.Sa. poderia me dizer: V.Sa. confirma o depoimento dado à Polícia Federal?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, senhor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, fica claro aqui, para o Presidente, para os membros do Conselho e para a própria defesa, que têm nos acompanhado, que, na semana, nós fizemos uma luta muito grande para trazer testemunhas do caso arroladas pela relatoria do processo aqui para o Conselho. Nós tivemos as perguntas sendo feitas por escrito pelo Sr. Bernardo Tosto, da empresa de aviação; tivemos, ontem, o Deputado Vaccarezza e, hoje, o Sr. Leonardo Meirelles, no sentido de contribuir, porque não podemos convocar.

Convocando ou convidando, seja aqui, seja numa CPMI, por exemplo, de que todos fazemos parte, o depoente tem todo o direito de fazer o que o Sr. Esdra de Arantes Ferreira aqui fez: manifestar-se no sentido de não responder, ausentando-se de dar as informações que eram necessárias, para dar uma contribuição como testemunha no processo.

Se, pela coincidência do advogado dos mesmos, do Sr. Esdra e do Sr. Leonardo, eles vieram aqui, um com um posicionamento que pode ter contribuído para este Conselho, enquanto o Sr. Esdra não quis, com a ausência das suas respostas, contribuir para isso, eu quero agradecer, dizendo já a V.Sa. que o seu silêncio contribui muito também com o processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Izalci, antes dos 10 minutos de negativa, eu vou passar a palavra ao advogado de defesa, Dr. Michel Saliba.

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu saúdo a testemunha e, mais uma vez, o colega advogado e reitero os termos que argumentei quando da oitiva do Sr. Leonardo Meirelles, o que ficou evidenciado quando da oitiva do mesmo, porque as perguntas, na sua quase totalidade, foram



feitas baseadas em trechos que não estão no conteúdo dos autos. São trechos que, apesar de disponíveis à defesa, estão disponíveis nos termos formulados — sem base empírica ou legal para tal — por parte da nobre Presidência do Conselho de Ética, que quer que nós façamos, de modo açodado, o acesso a 4 mil páginas.

Isso ficou evidente inclusive nas reperguntas que alguns Parlamentares fizeram constar. Em 8 horas, não foi possível, realmente. Se, para um Parlamentar que é membro do Conselho e que vai formular a pergunta, isso não é possível, imaginem para a defesa.

A acusação pode ser mitigada; a ampla defesa, jamais. Jamais. Isto é um direito natural; não é nem positivado.

Então, por essas razões, mais uma vez, é que a defesa, sentindo-se cerceada no seu direito, deixa de fazer, de formular qualquer pergunta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou fazer uma pergunta muito simples, Sr. Esdra: V.Sa. confirma o depoimento que fez na Polícia Federal?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só se confirma ou não?

Então, vou dizer o que V.Sa. disse lá e que foi negado aqui pelo colega de V.Sa., até porque se trata do mesmo advogado.

V.Sa. disse lá que conheceu o Sr. Leonardo quando V.Sa. era frentista e abastecia o carro do Sr. Leonardo. E V.Sa. estava, inclusive, no posto, sem carteira assinada — fez questão de colocar esse detalhe. A convite do Sr. Leonardo, V.Sa. topou, aceitou entrar na sociedade — não sei se V.Sa. tomou conhecimento — de uma empresa que estava devendo 54 milhões de dólares.

O sócio de V.Sa. disse também que o convidou novamente para participar de uma outra empresa — Piroquímica —, que também tinha uma dívida de 800 mil reais. E V.Sa. é detentor de 12% dos 66% da empresa. Dá 12%.

Então, a minha pergunta era esta: se aquilo que V.Sa. disse, na Polícia Federal, em defesa, se confirma, porque o seu sócio disse que V.Sa. não era



frentista, que não trabalhava no posto. Possivelmente, estava dizendo que V.Sa. se enganou quando deu o depoimento à Polícia Federal.

Evidente que, da forma como V.Sa. entrou, eu acho que aqui, com o Deputado Andre Vargas, que é o tema da reunião, V.Sa. não teve nenhum contato, até porque, de acordo com o depoimento de V.Sa. e do Leonardo, V.Sa. cuidava da parte operacional, ou seja, era laranja da empresa, recebia, inclusive, um valor. A empresa recebia 1% para ser intermediária, e V.Sa. recebia um salário em função disso. Então, houve uma remuneração para que V.Sa. participasse da empresa, uma remuneração mensal.

Eram essas as indagações que nós faríamos aqui, com relação à confirmação. Não sei se V.Sa. sabe, mas essa empresa Labogen, de que V.Sa. é sócio — eu ia perguntar se conhecia alguma coisa sobre ela —, ficou desativada durante muito tempo, porque ela estava quebrada, com essa dívida toda, e vocês assumiram a sociedade para usá-la para atender terceiros, até conhecer Youssef, para fazer operações de câmbio, importação e exportação fictícias, recebendo 1% do valor das importações e exportações, que é o que está no processo.

Então, o meu objetivo era perguntar se V.Sa. conhecia essas operações, se tinha consciência de que essas operações estavam sendo feitas — V.Sa. é sócio e responde por isso — provavelmente já está respondendo — e se tinha consciência de que, assumindo a empresa, como sócio, estaria cometendo crime tributário, legal, em função dessas importações e exportações, seja através de Youssef, que ampliou ainda mais depois, porque, até então, só atendia ao Waldomiro de Oliveira, que o seu sócio disse que conhecia desde 2005, mas, de vez em quando, ele fazia operações, através da empresa de V.Sa., inclusive usando as contas bancárias da empresa... V.Sa. assinava os cheques da empresa?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Deputado, eu não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Certo, é só para V.Sa. saber exatamente do que está participando.

Essa empresa ficou paralisada esse tempo, quando então Youssef assumiu o compromisso de comprar a empresa se desse certo a operação junto aos órgãos públicos, a planta que estava sendo feita. Teve um determinado momento em que o



seu sócio, o Leonardo, que estava sem recurso, precisava recuperar a planta, pintar inclusive as paredes e dar um jeito na sede para receber a fiscalização. E V.Sa. disse que não existia, era só no papel. Mas teve um momento em que, para receber os fiscais da ANVISA, teve que correr para pintar as paredes. E o sócio de V.Sa. disse: *“Não, vamos todo mundo para dentro, vamos pintar as paredes, vamos reformar”*. V.Sa. participou da operação de recuperação dessa sede?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Deputado, eu não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, logo em seguida, quer dizer, depois de saber de tudo isso — eu não sei se V.Sa. sabia ou não —, V.Sa. aceitou, mais na frente, ser sócio de uma outra empresa, para continuar fazendo exatamente a mesma coisa. E, se não me engano, a esposa, não sei se de V.Sa. ou do Pedro Argese — V.Sa. conhece o Pedro Argese —, teve que entrar de sócia porque, como a Labogen estava devendo demais, estava tendo problemas de operação, de importação, então compraram a Piroquímica exatamente para continuar fazendo esse tipo de operação. V.Sa. tem conhecimento de que na Piroquímica também fazia isso, essa importação e exportação?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Deputado, eu não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conhecia o Deputado Andre Vargas?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não.

Era isso, Sr. Presidente, já estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marcos Rogério, V.Exa. está inscrito.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas quero fazer alguns questionamentos ao Sr. Esdra de Arantes Ferreira. É este o seu nome?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual é a profissão do senhor?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor nasceu em São Paulo?



O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não responderei a essa pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor é filho do Sr. Hildebrando Ferreira?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu vou me reservar o direito de continuar calado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Filho de Ana Georgina de Arantes?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O senhor respondeu a algumas perguntas, e outras, não.

O senhor conhece a empresa Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu não vou responder a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Já esteve lá?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não responderei a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece Alberto Youssef?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não responderei a essa pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece o Deputado Andre Vargas?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Marcos Rogério, olha, nós não podemos ficar nesta Casa fazendo esse tipo de papel, porque são perguntas... Ele tem o direito de ficar calado. Agora, essas perguntas... Ele está debochando desta Casa. Ou seja...

(Não identificado) - Ele tem o direito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - É uma pergunta que a gente tem de fazer, mas a resposta é que não... Se V.Exa. pergunta se ele conhece a Labogen... Ele trabalhou, é sócio da empresa, e diz que não vai responder a pergunta! Isto é um absurdo! É um absurdo que esta Casa se preste a esse tipo... Eu gostaria que V.Exa. fizesse as suas perguntas. E nós vamos fazer um protesto



contra o que está acontecendo nesta Casa. Esse cidadão veio aqui para elucidar ou contribuir com alguma coisa, e isso não está acontecendo. Nós não queremos que ele responda nada que possa incriminá-lo — é isso que a lei diz. Mas são coisas óbvias; o nome do pai e o nome do pai são coisas óbvias que ele tinha que responder. A não ser que não os tenha.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, muito obrigado pela intervenção de V.Exa.

Eu queria tranquilizar o Sr. Esdra Ferreira de que ele está aqui na condição de testemunha. Ele pode avocar para si aquilo que a Constituição lhe garante, como também cada membro deste Conselho pode tirar suas conclusões, a partir das manifestações do depoente. Fiz as perguntas que fiz apenas para poder traçar uma linha de coerência na fala do depoente, que, obviamente, escolhe as perguntas que quer responder.

Então, Sr. Presidente, considerando que ele não sabe... Quem é o dono da empresa Labogen?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Eu vou me reservar o direito de não responder a pergunta do nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Considerando que ele não sabe quem é o dono da empresa da qual ele se diz sócio... A empresa fica onde?

O SR. ESDRA DE ARANTES FERREIRA - Deputado, eu vou permanecer calado, eu não vou responder à pergunta do senhor.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, Sr. Presidente, sem mais perguntas. Para a formação do meu juízo, já é o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - V.Exa. não pode fazer mais perguntas. Ele não sabe quem é o pai! Então, não sabe mais nada!

Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Esdra, agradeço a sua vinda e a sua contribuição.

Conforme disse o Deputado Marcos Rogério e o Deputado Izalci, sei que o direito à ampla defesa lhe garante fazer o que V.Sa. se propôs aqui hoje. Sei também que V.Sa. sabe muito bem quem é seu pai e quem é sua mãe, mas reserve-lhe o direito de não nos dizer. Sei que seu pai e sua mãe estão muito preocupados,



onde quer que estejam, com o futuro e com a posição que V.Sa. pode ter na Justiça Federal. Aqui, não! O senhor veio aqui como testemunha, mas aqui nós não podemos fazer nenhum ato coercitivo contra V.Sa. Não poderíamos fazer nada que pudesse ser utilizado contra V.Sa. no processo a que responde. E esse processo na Justiça Federal pode lhe imputar alguma pena e alguma restrição inclusive de liberdade. Mas V.Sa. veio aqui como cidadão que cobra desta Casa uma satisfação. Seu pai e sua mãe — e V.Sa. mesmo — têm a satisfação e o dever com este País, que muitas vezes cobra a nossa postura.

E, quando nós temos a nossa postura correta para poder corrigir este País, arrumar este País, ajeitar este País, moralizar este País, eu tenho certeza de que o seu pai e a sua mãe queriam políticos sérios, e V.Sa. teria a oportunidade de vir aqui contribuir para que a gente pudesse fazer isso. E nada seria mais grave lá na Justiça, porque eles estão preocupados com a sua eventual prisão lá. Aqui nós estamos preocupados em satisfazer o País, a legitimidade daqueles que representam o povo brasileiro no Congresso Nacional, que votam as leis que os seus pais e que você vão ser inseridos, inclusive as criminais; que votam as leis que vão responder sobre a aposentadoria eventual do seu pai, e a qualidade desses representantes do Legislativo que estão aqui. É essa contribuição que a gente veio pedir como cidadão a V.Sa., infelizmente, para poder talvez manter o *status quo*, e há essa insatisfação. Até nesse processo, nós estamos aqui reunidos no Conselho de Ética para investigar a conduta indecorosa ou antiética de um Deputado, a roubalheira de recursos públicos, principalmente num setor tão proeminente como é a questão da saúde pública no Brasil, V.Sa. não pode contribuir. É chamar o brio de cidadão, porque aqui você não está respondendo a nenhum processo. Mas essa sua contribuição infelizmente não pôde ser dada.

Como Relator, cabe-me aqui agradecer, mas dizendo, de antemão, para a satisfação até dos seus e da sua consciência própria, que eu tenho certeza que o seu silêncio ou a sua omissão com relação às perguntas feitas, no seu direito legítimo de não respondê-las, também nos dizem muita coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Por favor, um momento.



O advogado tem alguma coisa a falar?

O SR. HAROLDO CÉSAR NATER - Eu queria agradecer a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a esta Comissão em especial, pelo tratamento que nos foi deferido e deixar claro que a nossa proposta sempre foi a de colaborar, e, assim como o Deputado Júlio Delgado em seu discurso diz que quer melhorar este País, a nossa intenção também é essa.

Entretanto, se isso não foi possível nesse momento, não foi por culpa desta defesa, tampouco por culpa da testemunha, porque a nossa proposta de vir aqui ao próprio custo — ele pagou a passagem dele, ele paga o hotel dele — é de colaborar com o País. E se nós não pudemos participar neste momento dessa forma, não foi por responsabilidade nossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra...

O SR. MICHEL SALIBA - Sr. Presidente, V.Exa. me concederia só um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não. O senhor tem todo o direito.

O SR. MICHEL SALIBA - É uma preocupação que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dr. advogado, é que tanta gente não quis falar, e eu pensei que V.Sa. também não quisesse falar.

O SR. MICHEL SALIBA - É uma indagação que vou fazer. V.Exa. vai dispensar a testemunha ou já está encaminhando para encerrar a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu estou partindo para encerrar a sessão.

O SR. MICHEL SALIBA - Então, eu gostaria de requerer algo a V.Exa. É um encaminhamento simples: a questão das notas taquigráficas. Em que pese o trabalho, o esforço hercúleo por parte dos servidores da Casa, a gente está encontrando uma dificuldade temporal na obtenção das notas taquigráficas, não por culpa da Dra. Adriana, ou, enfim, dos demais servidores, mas porque é a Taquigrafia que encaminha, etc.



Isso, de maneira clara, acaba dificultando muito, porque várias deliberações são tomadas aqui, requeridas verbalmente, deferidas ou indeferidas verbalmente, e a gente acaba ficando sem acesso ao extrato dessas deliberações, razão pela qual eu requeiro, se possível, que a Presidência deste Conselho encaminhe um pedido à Taquigrafia para que possa acelerar, em razão justamente da necessidade de não sermos acusados de protelação, de procrastinação, porque nós precisamos realmente dessas deliberações extratadas por meio da ata.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dr. Saliba...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu concordo com V.Sa.

E gostaria, só para poder encerrar minha palavra por aqui, Sr. Presidente, de declarar e reafirmar encerrada a instrução da oitiva das testemunhas, a dispensa feita com relação àqueles que não compareceram.

Então, a nossa parte da oitiva das testemunhas arrolada pela Relatoria está encerrada, e nós temos, a partir da próxima semana, já agendada a oitiva das testemunhas apresentadas pela defesa.

Então, só quero deixar isso bem registrado aqui, inclusive para que conste nas notas taquigráficas, para efeito do nosso tempo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dentro do possível, faremos o pedido à Taquigrafia, mas quero informar ao nobre advogado que o áudio desta sessão já está disponível. Isso resolve? Então, já está disponível o áudio, e as notas taquigráficas, logo que for possível, que forem entregues, nos as encaminharemos ao nobre advogado.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Apenas para dar conhecimento ao colegiado e ficar claro, os autos que vieram do Supremo Tribunal Federal, até que a Mesa decida sobre a possibilidade de cópia ou não, as partes continuam à disposição dos membros do Conselho e dos advogados, no âmbito do Conselho. É isso?



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Isso, continuam lá. Eu já conversei com o Deputado Ricardo Izar, e ele concordou exatamente com a consulta que será feita à Mesa.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e dos demais presentes.

Convoco reunião para o dia 9 de julho, quarta-feira, às 14 horas, para a oitiva das testemunhas, arrolada pela defesa do Deputado Andre Vargas.

Está encerrada a sessão.